

4 2007

Noites de
Sociologia
(2003, 2004)

CONTEXTOS
DE SOCIOLOGIA



www.apso.pt

Associação Portuguesa de Sociologia

4 2007

Índice

Noites de Sociologia (2003 e 2004):

| | |
|--|----|
| 1 | |
| Crise Económica e Impactos no Mundo do Trabalho (22 de Maio/2003) | |
| Elísio Estanque | 2 |
| Luís Baptista (Moderador) | |
| 2 | |
| Tempos e Contextos da Literacia (29 de Maio/2003) | |
| José Manuel Resende | 10 |
| Maria do Carmo Gomes | 14 |
| Anália Torres (Moderadora) | |
| 3 | |
| Agência Mediática e Relevância Pública (4 de Junho/2003) | |
| Diana Andringa | 17 |
| Salomé Marivoet (Moderadora) | |
| 4 | |
| 2004: o ano português do futebol | |
| Ana Santos | 22 |
| António da Silva Costa | 25 |
| Salomé Marivoet | 38 |
| Claudino Ferreira (Moderador) | |

1

Crise Económica e Impactos no Mundo do Trabalho

Elísio Estanque

Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Recomposições no trabalho e inovação tecnológica: alguns problemas e desafios da sociedade portuguesa *

A recomposição que vem atravessando os processos produtivos nas últimas décadas está, como se sabe, intimamente associada à abertura das fronteiras e à rápida expansão das trocas comerciais à escala global, onde, evidentemente, a componente tecnológica desempenha um papel central. É nessa medida que a questão do trabalho e da mudança organizacional – os efeitos da inovação tecnológica, as novas oportunidades e desigualdades, as tendências de fragmentação, mobilidade, flexibilização, etc. –, precisa de ser discutida à luz do actual contexto de globalização.

Desde logo, importa assinalar que os impactos dos processos em curso a nível global estão longe de promover a uniformização e a igualdade de oportunidades. Hoje, como ontem, a economia mundial continua a gerar múltiplos desequilíbrios não só entre países centrais e periféricos, mas no próprio interior de cada país. Daí resultam múltiplas dinâmicas contraditórias onde as lógicas de inclusão e de exclusão convivem lado a lado. Os contrastes entre pólos de desenvolvimento e zonas de precarização e miséria assumem muitas vezes contornos particularmente chocantes em países de rápido crescimento económico, onde o impacto das novas tecnologias não consegue impedir, antes promove, o aprofundamento de novas segmentações e desigualdades sociais. Não há dúvida que a inovação tecnológica e a revolução informática constituíram poderosos meios que têm disponibilizado novas oportunidades de bem-estar e de empowerment, mas os mesmos fenómenos contribuíram também, como se tem vindo a assistir desde o início dos anos 80 na Europa (com a emergência do chamado capitalismo desorganizado), para a crescente desregulamentação e precarização do trabalho. Com efeito, o fim da relação salarial fordista conduziu a uma notável perda de peso do trabalho industrial nas sociedades avançadas, o que tem acentuado as tendências para a heterogeneidade e des-standardização das formas tradicionais de trabalho (Beck, 1992 e 2000; Hyman, 1994; Regini, 1994; Ruysseveldt e Visser, 1996). Estas tendências inserem-se, assim, no processo de globalização neoliberal em curso e prendem-se com o extraordinário conjunto de impactos daí resultantes sobre as sociedades nacionais. Apesar de Portugal não ser, evidentemente, uma excepção a este respeito, devemos, porém, ter presente o facto de se tratar de uma sociedade de desenvolvimento intermédio, com especificidades particulares, que só nas últimas duas décadas começou a pôr em prática políticas de modernização sócio-económica no quadro do processo de consolidação democrática. Nessa medida, a importância para Portugal dos modelos de

* Uma versão deste texto com algumas alterações foi publicada sob o título “Novas tecnologias e recomposição do trabalho em Portugal: estagnações e desafios”, na revista *Sociedade e Cultura 3 – Cadernos do Noroeste*, Vol. 16 (1-2), 2001. O mesmo faz parte do estudo *Impactos Sociais e Organizacionais da Tecnologia*, que decorreu no âmbito do projecto “Evolução das Qualificações e Diagnóstico das Necessidades de Formação”, sediado no INOFOR – Instituto para a Inovação na Formação/ Ministério do Trabalho e da Solidariedade, e coordenado por Isabel Salavisa Lança e Ana Cláudia Valente.

¹ No seguimento da crise do Estado-Providência, alguns autores diagnosticaram nos anos 80 o «fim do capitalismo organizado» e a passagem para a fase do «capitalismo desorganizado», ou segundo uma outra terminologia, a passagem dos regimes de acumulação «fordistas» para os «pós-fordistas» (Offe, 1985; Lash e Urry, 1987; Esping-Andersen, 1996).

organização que vigoraram nos países centrais com várias décadas de antecedência – em particular no quadro Europeu –, continua a fazer-se sentir, não obstante o esgotamento de muitos deles.

Avanços e dificuldades de desenvolvimento tecnológico em Portugal

O processo de transformação que o tecido produtivo português sofreu nos últimos trinta anos obedeceu a um vasto leque de incidências – de natureza económica, política, social, institucional, etc. – que se prendem simultaneamente com factores internos e externos. Entre outros, há que destacar os relacionados com o processo de adesão à Comunidade Europeia, com todo o conjunto de acções destinadas à inovação tecnológica no sector empresarial; os programas de apoio à investigação científica e tecnológica, e consequentes efeitos no crescimento de quadros altamente qualificados; as políticas educativas, sua evolução e debilidades; e os problemas da articulação entre os investimentos estruturais efectuados neste domínio e as práticas empresariais.

Não obstante as conhecidas dificuldades que Portugal continua a enfrentar neste domínio, pelo menos desde meados dos anos oitenta possuímos indicadores sólidos de que o processo de desenvolvimento tecnológico – nomeadamente no que se refere ao recurso a serviços técnicos especializados e à informatização – denota alguma evolução em certos domínios. Por exemplo, segundo levantamentos efectuados em 1988-1989, a grande maioria das empresas portuguesas já tinha informatizado os seus serviços de contabilidade, cerca de metade a alterou os seus métodos de gestão do pessoal e 10% delas recorriam a serviços técnicos especializados, próprios ou contratados no exterior, além de terem a sua gestão e o processo de produção informatizados (Silva, 1990). Isto está, no entanto, longe de corresponder a um avanço significativo no domínio da inovação tecnológica, principalmente de base empresarial.

Em todo o caso, interessa realçar a evolução positiva registada nas últimas décadas, desde logo no que respeita à investigação científica, como se sabe um factor decisivo das potencialidades inovadoras. O número de doutorados em Portugal por ano é actualmente cerca de dez vezes superior ao do início dos anos 70, sendo que os doutoramentos atribuídos por universidades portuguesas se situa hoje acima dos 80% do total de graus obtidos em cada ano, enquanto que, até à década de 80, a maioria obtinha esse grau em instituições estrangeiras. Por outro lado, segundo um estudo recente de Mira Godinho (1999), a distribuição dos recursos humanos altamente qualificados (nomeadamente os mestres e doutores) revela que estes ocupam ainda um peso quase insignificante nas empresas privadas, já que do total de graus académicos de nível superior presentes nestas empresas, apenas 2,4% são doutores e 3,4% mestres. É sobretudo no sistema de ensino superior e nas instituições a ele vinculadas (unidades de investigação sem fins lucrativos) que se concentram os recursos humanos mais qualificados em I&D: para o ano de 1997, 28,8% desses recursos permaneciam vinculados ao Estado; 47,9% às instituições de ensino superior; 11% às empresas; e 12,3% a instituições sem fins lucrativos (Godinho, 1999: 124). Assim, os sinais positivos de evolução neste campo traduzem-se em aspectos como o enorme crescimento de doutoramentos e equivalências verificado na década de 90, o aumento substancial de pessoal ligado a actividades de I&D (de apenas 4 mil em 1964 para mais de 18 mil em 1997), e um incremento notável da produção científica portuguesa referenciada internacionalmente. Todavia, persiste uma orientação predominantemente circunscrita ao meio académico, o aumento de investigadores não tem sido equilibrado com o crescimento de pessoal técnico e auxiliar de investigação, e os recursos humanos de I&D nas empresas são extremamente escassos (Godinho, 1999: 130).

Se é certo que os principais processos de mudança, no plano técnico e organizacional, ocorreram em estreita ligação com os incentivos institucionais vigentes, o seu sucesso e os reais efeitos na vida empresarial prendem-se sempre com os próprios recursos e condições sociais mobilizáveis a partir de dentro. A esse respeito, há que reconhecer que a nova dinâmica empresarial iniciada na segunda metade dos anos 80, com o aumento da concorrência e o alargamento dos mercados, introduziu algumas alterações no campo da produtividade e da melhoria da qualidade dos produtos, e isso não podia deixar de ter consequências no campo da inovação e da formação profissional (Freire, 1998). Contudo, se a mentalidade empresarial começou cedo a denotar alguma apetência e confiança nas vantagens competitivas em termos de inovação tecnológica, o mesmo parece não ter

sucedido no que respeita à mudança organizacional. Isto prende-se com uma concepção claramente tradicionalista que tem permanecido incrustada no tecido empresarial português e que persiste como principal factor de travagem à inovação e aos seus efectivos resultados económicos. Como alguns estudos demonstraram, a mentalidade empresarial continua a revelar fortes reservas face à necessidade de mudança na estrutura organizacional e nos sistemas de trabalho. “A abertura à inovação social é bastante limitada. A actividade inovadora das empresas baseia-se principalmente na aquisição de conhecimentos técnico-científicos exteriores e na compra de bens de capital e bens intermédios de outras empresas. O papel da actividade de investigação e desenvolvimento (I&D) nas empresas é muito reduzido” (Kovács, 1992: 288).

No início dos anos 90, os estudos efectuados mostravam o crescente recurso às tecnologias de informação, mas ao mesmo tempo uma evidente retracção das empresas no investimento em elementos imateriais, assim como uma persistência de atitudes centralizadoras e de falta de estratégia no campo da gestão (CISEP/GEPIE, 1992). Poucos anos mais tarde, um estudo exaustivo sobre as PME's (Simões, 1996), mostrava alguns traços que parecem sintetizar bem o panorama das empresas portuguesas no que respeita à inovação tecnológica: as barreiras à inovação decorrem menos da capacidade de meios instalados e mais da falta de estratégia; as atitudes dos empresários e gestores de topo constituem o factor determinante das iniciativas de inovação; o modelo tradicional de gestão centralizada constituiu o maior obstáculo à inovação; a escassez de técnicos e de recursos humanos constitui uma deficiência fundamental assinalada pelas PME's; a mudança tecnológica é frequentemente encarada como exógena à actividade empresarial; as empresas mais inovadoras possuem estilos de liderança mais abertos e favoráveis ao trabalho em equipa; não há qualquer correlação evidente entre dimensão da empresa e o seu posicionamento acerca da inovação; existe uma consciencialização crescente da necessidade de recurso às novas tecnologias, quer ao nível da concepção e da produção, quer das redes de comunicação e partilha de bases de dados com os clientes; existe uma associação entre a juventude da empresa e as atitudes mais favoráveis à inovação (Simões, 1996).

Para um enquadramento mais geral da questão podemos ainda fazer uso do Relatório de Desenvolvimento Humano /PNUD (RDH, 2001). Daí sobressaem algumas indicações interessantes acerca das mais recentes evoluções observadas no nosso país a propósito do potencial tecnológico. Por exemplo, quanto ao número médio de anos de escolaridade (da população com mais de 15 anos), aquele documento indica que em Portugal esse valor é de 5,9 (referente ao ano 2000), inferior a países como a Eslovénia (7,1), Barbados (8,7), República Checa (9,5), Croácia (6,3), Uruguai (7,6), ou o Chile (7,6), para referir apenas alguns dos países que ocupam lugares situados abaixo de nós no IRH (Índice de Desenvolvimento Humano), segundo o ranking do PNUD (RDH, 2001: 52). Segundo esta fonte, Portugal ocupa o 28º posto em termos do IRH, e o 27º no novo índice proposto nesta edição daquele relatório, o chamado Índice de Realização Tecnológica². Curioso é notar que em alguns dos itens mais importantes na construção das redes globais de comunicação – e que sem dúvida constituem hoje factores decisivos para potenciar a inovação –, como são os casos da dos telefones (fixos e móveis) e da internet, Portugal revela evoluções notáveis. O número de assinantes de telefones fixos, subiu entre 1990 e 1999 de 243 para 424 por 1000 pessoas; no que se refere aos telemóveis assistiu-se no mesmo período ao impressionante aumento de 1 para 468 por 1000 pessoas; finalmente, quanto aos utilizadores da internet, cresceram de 1,3 para 17,7 por 1000 pessoas.

Segundo dados da OCDE, Portugal continua a ocupar um dos últimos lugares no que se refere à percentagem de população com pelo menos o ensino secundário, isto é, apenas 20% da população entre os 25 e os 64 anos possui esse nível de educação, o que corresponde a cerca de um terço da média dos países da OCDE, que é de 60% (dados de 1998). No entanto, convirá não esquecer que o ensino superior teve um aumento extraordinário desde os anos 70: se no ano de 1970-1971 existiam apenas cerca de 49 mil

² Este índice foi elaborado a partir de critérios como: o número de patentes *per capita* (criadas e receitas de *royalties*); difusão de inovações antigas (telefones e electricidade), e recentes (*internet*); exportação de produtos de média e alta tecnologia; e qualificações humanas (anos de escolaridade e licenciados em ciências e tecnologia) (cf. RDH, 2001: 46).

estudantes inscritos no ensino superior, em 1980-1981 esse valor passou para cerca de 84 mil inscritos, em 1990-1991 para 186 mil e em 1999-2000 situava-se nos cerca de 370 mil. Todavia, o peso percentual da população portuguesa com um nível de educação superior, situa-se ainda na ordem dos 8 a 9%, um valor bastante abaixo da média europeia e dos países da OCDE (15%). As áreas das ciências exactas e tecnológicas (Ciências Naturais, Matemática e Informática, Engenharia, Ciências Médicas e Arquitectura), correspondem apenas a 26% do total de diplomados no ensino superior, posicionando-se em último lugar e a uma distância significativa dos países da União Europeia³ (Barreto, 2000: 46). Devemos por isso sublinhar que, apesar da impressionante expansão do sistema educativo português nas últimas décadas, os resultados dessa expansão continuam a ser relativamente modestos quando comparados à escala internacional.

Impactos organizacionais

Os impactos do desenvolvimento tecnológico no tecido produtivo português têm vindo a defrontar-se nos últimos anos com as resistências de uma mentalidade empresarial conservadora, onde se reflecte a força simbólica das diferenças de estatuto e das hierarquias de poder, aspectos ainda particularmente vinculados na nossa sociedade. As mudanças que têm vindo a ser operadas num período mais recente são dificilmente perceptíveis de forma generalizada nas grandes organizações. Nas empresas de maiores dimensões, as políticas de gestão flexível, de um modo geral, apenas têm tradução ao nível dos quadros superiores e das estruturas de topo. No entanto, é preciso dar a devida importância a aspectos como a absorção pelo mercado de emprego de novas competências em educação. É significativo, por exemplo, o facto de a quota de emprego com habilitações médias ter aumentado, no período entre 1985 e 1997, de 10,7% para 14,6%, enquanto ao nível dos graus superiores (licenciaturas e bacharelatos) se verificou uma subida de 3% para 6,1% (Figueiredo, 1999: 73).

Os resultados da crescente flexibilização e recomposição do tecido produtivo têm-se traduzido em novas segmentações onde se desenham claras diferenças na geometria empresarial, mas onde pontifica ainda uma grande dificuldade de renovação na forma de gerir as empresas. Por vezes, a familiarização com as novas tecnologias alimenta a insegurança e cava novas divisões entre a força de trabalho, como acontece com os programas de formação profissional em áreas sujeitas à informatização, onde os sectores menos escolarizados e as camadas etárias menos jovens apresentam grandes dificuldades. No plano macroeconómico, a maior capacidade competitiva continua a ser protagonizada, em larga medida, pelos sectores tradicionais, que mantêm em vigor modelos de organização de cariz taylorista e são ainda largamente suportados pelo trabalho intensivo e pelos baixos custos salariais. Foi principalmente nestes sectores que o emprego mais cresceu, mas o seu esforço inovador em termos tecnológicos foi diminuto e a inovação introduzida foi sobretudo de natureza incremental.

Se tivermos em conta que a renovação geracional e o impacto das camadas mais jovens e escolarizadas no mercado de emprego se processa muito lentamente, facilmente se compreende a presença de lógicas contraditórias no seio das organizações, o que se traduz em comportamentos, também contrastantes, que muitas vezes se anulam mutuamente e favorecem a estagnação e a rotina das organizações. Muito embora a penetração de novos meios tecnológicos e sistemas informatizados esteja a alterar paulatinamente este estado de coisas, tais alterações têm lugar no contexto de uma crescente fragmentação dos processos de produção, que leva à conjugação perversa de variadíssimos vínculos laborais, onde prolifera o trabalho precário e os contratos a termo, além das múltiplas situações de subcontratação e desmembramento de empresas.

Assim, os problemas da mentalidade empresarial e da cultura organizacional, têm de ser interpretados à luz das transformações laborais e sociais mais vastas, que vêm ocorrendo na sociedade portuguesa desde a década de 70. Uma sociedade onde no espaço de escassas duas dezenas de anos múltiplos processos de mudança levaram o país a acentuar os seus

³ Veja-se os seguintes valores: Dinamarca, 37%; Alemanha 48%; Espanha, 32%; França, 37%, Irlanda, 39%; Itália, 33%; Holanda, 31%; Áustria, 33%; Finlândia, 60%; Suécia, 47%; Reino Unido, 36% (Barreto, 2000: 46).

contrastes em todos os domínios da vida social e económica. Cavaram-se divisões entre o litoral e o interior, entre espaços rurais e urbanos, entre sectores produtivos, entre diferentes gerações, entre a agricultura e a indústria, entre sectores sociais em declínio e novos sectores em processo de ascensão social. As lógicas tradicionalistas de uma sociedade semi-rural entraram em choque com os novos hábitos de consumo e estilos de vida modernos. Digamos que em Portugal, o pré-moderno e o moderno se justapõem em variadas esferas da vida, o que nos obriga a um cuidado especial se quisermos caracterizar as culturas organizacionais e a mentalidade dos empresários e gestores das nossas empresas. Isto é tanto mais importante quanto sabemos que o tecido industrial de alguns dos sectores nevrálgicos da economia se encontram fortemente disseminados em ambientes ainda marcados pelo universo rural, onde múltiplas actividades económicas e redes de solidariedade – da chamada “sociedade providência” – funcionam por vezes como complementaridade dos rendimentos salariais dos trabalhadores. Por outro lado, o rápido crescimento do sector público e empresarial do Estado, cuja expansão ocorreu sob um clima de forte influência sindical e de luta reivindicativa teve, a nosso ver, consequências muito importantes do ponto de vista do desenvolvimento de culturas de ressentimento e resistência à mudança em vastos sectores laborais, especialmente na indústria tradicional e na administração pública. Se além disso tivermos em conta que no mesmo período se assistiu ao crescimento de sistemas fortemente burocratizados, facilmente concluímos que, quer as culturas de resistência sindical, quer a lógica corporativista se tornaram poderosos factores tendentes a contrariar ou bloquear o esforço de inovação e modernização das empresas e instituições.

Como enquadrar estas tendências num cenário onde a economia do conhecimento e as Novas Tecnologias da Informação jogam um papel cada vez mais decisivo? Para além das diferenças entre variados sectores e segmentos laborais, parece claro que presença de tecnologias avançadas – e não obstante a referida fragilidade dessa presença – induz novos padrões de oportunidade e de carreira para os profissionais mais qualificados, ao mesmo tempo que segrega os grupos mais dificilmente reajustáveis às novas exigências de formação. Porém, tal como tem ocorrido a nível internacional, também em Portugal é particularmente notória a segmentação entre grandes e pequenas empresas, constituindo estas últimas a esmagadora maioria do tecido empresarial português e sendo ainda pouco significativo o número daquelas que apostam intensivamente em novas tecnologia.

Os efeitos da crescente competitividade do mercado e das iniciativas institucionais têm gerado alterações de alguma relevância em vários segmentos, mas os desafios futuros e as quebras de crescimento económico põem a nu abundantes carências. É por isso urgente tentar abrir novos caminhos para os problemas existentes. A partir de diversos estudos sobre a sociedade portuguesa neste domínio (Tavares, 2000; Conceição e Heitor, 2001), permito-me sintetizar algumas das soluções que têm vindo a ser propostas: 1) reestruturação da actividade científica e criação de mecanismos de articulação entre o conhecimento criado nas universidades e a sua difusão na sociedade e nas empresas, isto é, mais eficácia institucional e maior proximidade dos centros produtores de conhecimento para com a realidade organizacional e social; isto pode traduzir-se, designadamente em, 2) promoção de cursos – intensivos e de curta duração – sediados nas universidades, que forneçam uma alternativa a jovens que concluíram o ensino secundário, vocacionados para a especialização em diferentes áreas profissionais; ou 3) organização de pós-graduações, especializadas ou transdisciplinares, preparadas em conjugação com associações empresariais e outros agentes económicos; 4) mais incentivos ao associativismo sustentado em redes de base local, que conjuguem os recursos do sistema educativo com o capital social existente e que se orientem para novos empreendimentos, envolvendo diferentes actores sociais e promovendo a cooperação entre a economia social, o terceiro sector e a iniciativa empresarial; 5) novas e mais consistentes redes e estratégias empresariais viradas para a inovação, enquadradas por uma orientação institucional mais adequada a uma economia de transição, como a portuguesa, por forma a combater o pessimismo incrustado no tecido empresarial; 6) criação de formas alternativas de financiar a inovação, através da promoção de contrapartidas apoiadas nos recursos e saberes existentes, de modo a incrementar novas formas de cooperação entre as empresas tradicionais e as novas empresas de base tecnológica, criando redes multipolares e interdisciplinares; 7) maior

esforço no campo da formação profissional, em articulação com instituições educativas e os diferentes actores sociais e agentes de desenvolvimento, por forma não só a inculcar novos conhecimentos e qualificações, mas a rearticular conhecimentos antigos e qualificações adquiridas pela experiência prática com as novas tecnologias e saberes científicos (Boyer, et. al., 2000; Lopes, 2001; Kovács e Castillo, 1998; Conceição e Heitor, 2001; Tavares, 2000).

Estruturas de poder e participação sindical

A incorporação de novas tecnologias e a progressiva absorção de maior volume de profissionais qualificados tende a favorecer sistemas de comunicação mais eficazes e uma maior flexibilização dos métodos de gestão de pessoal. Daí que, profundas reestruturações organizacionais se deparem geralmente com a resistência das inércias e lógicas de poder instaladas. Em Portugal, as estruturas de poder assumem especificidades particulares na vida social e organizacional, quer nos seus resultados materiais efectivos, quer no plano dos efeitos simbólicos que geram.

A tendência à sacralização do poder – tanto na sua forma institucional e política como nos diversos planos sócio-culturais em que o poder se inscreve – tem raízes muito antigas no nosso país. Quem protagoniza posições de poder é em geral investido de um simbolismo que desencadeia complexas teias de representações, comportamentos e jogos de alianças. A conhecida distância ao poder, que se inscreve no programa mental dos portugueses, espelha a elevada margem de tolerância que os subordinados admitem relativamente ao exercício da autoridade por parte dos seus superiores hierárquicos. Ora, isto, aliado ao baixo nível de individualismo – e portanto de iniciativa na disputa pela influência nas tomadas de decisão – e ainda à força dos laços de lealdade pessoais, própria de uma sociedade de desenvolvimento intermédio, favorece amplamente as atmosferas facilitadoras de abusos de poder. Porque, por um lado, quem ocupa posições de destaque e lugares de chefia, regra geral, espera e exige uma dedicação sem limites por parte dos subordinados; e porque, por outro lado, os próprios trabalhadores contribuem, regra geral – dada a sua fraca formação e a necessidade de segurança e tutela –, para a amplificação dos recursos de autoridade que os seus chefes directos controlam.

O problema da participação dos parceiros sociais e dos trabalhadores nos processos de mudança organizacional e inovação tecnológica ligam-se justamente aos aspectos que acabo de referir. Na verdade, durante muito tempo o sindicalismo português manteve-se amarrado a estratégias de resistência e de defesa das regalias conquistadas pelos trabalhadores no pós-25 de Abril. Até aos anos 90, os principais sindicatos da indústria – sobretudo os filiados na CGTP – persistiram numa atitude de renitência face aos programas de reestruturação e centraram-se principalmente na defesa do emprego e dos direitos adquiridos. Em muitos processos de reestruturação, de falência e de fragmentação de empresas, os sindicatos foram ultrapassados pelas circunstâncias e perderam protagonismo, quer nos processos negociais, quer junto dos seus associados.

Porém, os efeitos da globalização neoliberal, com a crescente fragmentação do tecido produtivo e precarização das relações de trabalho, tornaram-se factores de enorme pressão sobre as estruturas sindicais. Em consequência disso, temos assistido à sua debilitação crescente e hoje começa a verificar-se uma mudança de mentalidade das lideranças sindicais levando-as a procurar novas respostas e a reinventar as suas formas de actuação e participação. O campo de preocupações dos sindicatos tem vindo a alargar-se para a escala transnacional e para problemas sociais e económicos mais diversificados, inclusive fora do trabalho. Além disso, e apesar da actual crise, é preciso não esquecer que nos últimos vinte anos os padrões de consumo alteraram-se substancialmente e existe um efeito de classe média que actua no plano subjectivo e – apesar de continuar a evidenciar um forte sentido das clivagens estruturais instaladas – tem consequências inibidoras na participação sindical (Estanque, 2003). É inquestionável que o sindicalismo terá de ter um papel decisivo nas políticas de inovação tecnológica, de desenvolvimento económico e modernização das empresas e existem já incontestáveis sinais de evolução nesse sentido (Hyman, 1997; Costa, 2000; Ferreira, 1996; Silva, 2000; Estanque, 2000 e 2001; Estanque et al., 2004).

Os problemas relacionados com a inovação tecnológica justificam amplamente a necessidade de reforçar o papel dos sindicatos nos mecanismos de negociação, seja no

âmbito da macro-concertação, seja no âmbito sectorial ou de empresa. No entanto, é sabido que o envolvimento dos trabalhadores e seus representantes nos processos de reestruturação não tem merecido a devida atenção por parte dos responsáveis da gestão. O que os estudos existentes revelam é que, na generalidade dos casos, os processos de modernização das empresas são feitos sem o envolvimento das pessoas. E quando o são é “apenas nas fases de implementação e nas suas formas menos desenvolvidas (informação e consulta) (...), não há qualquer envolvimento dos abrangidos pela mudança na fase do planeamento” (Kovács e Castillo, 1998: 127-128). O resultado deste tipo de procedimentos é que, em muitos casos, aqueles que poderiam ser os principais dinamizadores da mudança organizacional, porque se sentem secundarizados ou marginalizados, apenas se conformam com as decisões tomadas, passando a trabalhar contrariados e dando lugar às conhecidas situações de abuso de poder e práticas autoritárias que vigoram no nosso tecido industrial (Estanque, 2004).

Este panorama dificilmente permite que os trabalhadores e os sindicatos se mobilizem em torno de um projecto de empresa que lhes diz pouco ou nada (os casos de sucesso neste domínio não passam, por enquanto, de excepções à regra). Uma cultura de participação é, naturalmente, mais condizente com os sectores mais qualificados, que incorporam maior volume de conhecimento, mais capital social e que são mais recompensados no emprego. Assim, a inovação tecnológica pode favorecer as condições de maior participação e negociação, visto que, tendencialmente, favorece a renovação da força de trabalho e, por outro lado, sobretudo se for acompanhada por uma crescente endogeneização dos recursos humanos e de conhecimento por parte das empresas, obrigará a uma maior abertura e flexibilização dos modelos de gestão. Porém, a somar às situações acima referidas, convém ainda lembrar os baixos níveis salariais praticados em Portugal e os poucos recursos educacionais da maioria dos trabalhadores, aspectos que, no conjunto, tornam irrealista desenhar projectos de estímulo à produtividade e esperar uma acrescida motivação pelo trabalho ou uma forte identificação com a “cultura de empresa”. Desenvolver programas coerentes orientados para a inovação tecnológica, terão de incluir planos de formação permanente e de qualidade (dos empresários, quadros e trabalhadores), mas terão acima de tudo de combinar o incentivo à competitividade com um forte impulso à responsabilidade social das empresas e estímulos constantes ao diálogo social e respeito pelos direitos dos trabalhadores.

Conclusão

Este tipo de problemas põe bem em evidência a importância decisiva da dimensão social no seio das empresas e organizações. E quando tal dimensão é descuidada corre-se o risco de que os programas de inovação tecnológica, por muito bem intencionados que sejam os seus mentores, sejam de facto mal sucedidos. Nesse sentido, qualquer projecto de reestruturação tecnológica e organizacional obriga a pôr em marcha todo um conjunto de procedimentos e políticas, em que a participação, a negociação e o envolvimento de todos os actores sociais implicados na vida organizacional terão de ser considerados, desde o início do processo, elementos fundamentais.

Portugal parece encerrar em si um império de potencialidades no plano das intenções, da imaginação e da capacidade de adaptação subjectiva a realidades e situações novas, e, no entanto, continua a evidenciar uma profunda dificuldade e incapacidade no plano das realizações. As dificuldades organizacionais em levar por diante programas sustentados de mudança virados para a inovação e endogeneização de novas tecnologias assumem-se, portanto, como um problema fundamental que precisa de ser enfrentado. Sem dúvida que o trabalho vai continuar a oferecer-se como a esfera central das sociedades desenvolvidas do século XXI na construção de melhores padrões de vida e justiça social. Nesse contexto, a reconhecida criatividade dos portugueses, o seu sentido de solidariedade e a sua capacidade de adaptação a estruturas avançadas de organização – demonstrada pelos nossos emigrantes nos países centrais – podem vir a tornar-se os trunfos decisivos do nosso futuro colectivo.

Referências Bibliográficas

- BARRETO, António (org.) (2000), *A Situação Social em Portugal 1960-1999*. Vol. II. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/ Instituto de Ciências Sociais.
- BECK, Ulrich (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres: Sage.
- BECK, Ulrich (2000), *Un Nuevo Mundo Feliz: La Precaridad del Trabajo na La Era da La Globalización*. Barcelona: Paidós.
- BOYER, Robert et al., (2000), *Para Uma Europa da Inovação e do Conhecimento*. Oeiras: Celta.
- CISEP/GEPIE (1992), *Inovação na Indústria Portuguesa – Observatório M.I.E.*. Lisboa: GEPIE.
- CONCEIÇÃO, Pedro, e HEITOR, Manuel (2001) “Uma interpretação sobre a influência das dinâmicas de mudança tecnológica na inovação em Portugal”, in CISEP – Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa, IV Conferência sobre a Economia Portuguesa – Como Está a Economia Portuguesa?, Livro de Actas. Lisboa: CISEP.
- COSTA, Hermes Augusto (2000), «Identidades sindicais europeias em tempos de globalização», *Tempo Social*, 12 (1).
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta (ed.) (1996), *Welfare States in Transition: National Adaptations in Global Economies*. Londres: Sage.
- ESTANQUE, Elísio (2000), *Entre a Fábrica e a Comunidade: práticas e subjectividades de classe no operariado do calçado*. Porto: Afrontamento.
- ESTANQUE, Elísio (2001), “A Reinvenção do Sindicalismo e os Novos Desafios Emancipatórios: do despotismo local à mobilização global”, in Santos, Boaventura de Sousa, *A Reinvenção da Emancipação Social (relatório de pesquisa internacional em curso)*. Coimbra: CES.
- ESTANQUE, Elísio (2003), “O efeito classe média: desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI”, in Cabral, M. Villaverde, J. Vala e A. Freire (orgs.), *Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (ICS/ISSP), pp. 69-105.
- ESTANQUE, Elísio (2004), “Trabalho e acção sindical num contexto de despotismo paternalista”, *Revista Manifesto*, nº4 – temático, sobre «Emprego, Sindicalismo, Rendimento» (pp. 18-31).
- ESTANQUE, Elísio et al., (Orgs.) (2004), *Relações Laborais e Sindicalismo em Mudança: Portugal, Brasil e o contexto transnacional*. Coimbra: Quarteto.
- FIGUEIREDO, António Manuel (1999), “Emprego, integração no mercado de trabalho e o paradigma da sociedade do conhecimento – Uma perspectiva europeia das particularidades portuguesas”, *Sociedade e Trabalho*, nº 7, Ministério do Trabalho e da Solidariedade (pp. 67-79).
- FREIRE, João (1998) “Empresas e Organizações: Mudanças e Modernização”, in Viegas, José Manuel Leite e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal que Modernidade?* Celta Editora: Oeiras.
- GODINHO, Manuel Mira (1999), “Os Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia: evidência de uma fragilidade estrutural”, *Sociedade e Trabalho*, nº 7, Ministério do Trabalho e da Solidariedade (pp. 115-133).
- HIRRIGOYEN, Marie-France (1999), *Assédio, Coacção e Violência no Quotidiano*. Lisboa: Pargaminho.
- HOFSTEDE, Geert (1980), *Culture's Consequences: International Differences in Work related Values*. Londres: Sage.
- HYMAN, Richard (1994), “Trade Unions and the Desaggregation of the Working Class”, in Marino Regini (ed.), *The Labour Movements*. Londres: Sage.
- HYMAN, Richard (1997), “Trade unions and interest representation in the context of globalisation”, *Transfer – European Review of Labour and Research*, Vol. 3, nº 3/ November (pp. 515-533).
- KOVÁCS, Ilona (1992), “Novas tecnologias, recursos humanos e competitividade”, in Kovács, I. et al., *Sistemas Flexíveis de Produção e Reorganização do Trabalho*. Lisboa: CESO/I&D, PEDIP, DGI.
- KOVÁCS, Ilona, Castillo, Juan José (1998). *Novos Modelos de Produção, Trabalho e Pessoas*. Oeiras: Celta Editora.
- LASH, Scott e URRY, John (1987), *The End of Organized Capitalism*. Oxford: Polity Press.
- LOPES, Raul (2001), *Competitividade, Inovação e Territórios*. Oeiras: Celta.

- OFFE, Claus (1985), *Disorganized Capitalism*. Oxford: Polity Press.
- RDH – Relatório do Desenvolvimento Humano (2001), *Novas Tecnologias e Desenvolvimento Humano*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD). Lisboa: Trinova Editora.
- REGINI, Marino (ed.) (1994), *The Future of Labour Movements*. Londres: Sage.
- RUYSSSEVELDT, Joris e VISSER, Jelle (1996), *Industrial Relations in Europe*. London: Sage.
- SILVA, Manuel Carvalho da (2000), *Acção Sindical, Transformação e Desenvolvimento*. Porto: Campo das Letras.
- SILVA, Manuela, et al. (1990), *Empresários e Gestores na Indústria Portuguesa: valores, atitudes e comportamentos*. Lisboa: CISEP/ ISEG, Relatório de Pesquisa (2 vols.).
- SIMÕES, V. C. (1996), *Inovação e Gestão de PME Industriais Portuguesas*. Lisboa: GEP – Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Economia.
- TAVARES, Luís Valadares (2000), *A Engenharia e a Tecnologia ao Serviço do Desenvolvimento de Portugal: prospectiva e estratégia, 2000-2020*. Lisboa/ S. Paulo: Editorial Verbo.

2 Tempos e Contextos da Literacia

José Manuel Resende

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

1.

A notoriedade pública (e política) alcançada pelo questionamento desenvolvido em torno da Literacia é alimentada por um crescente interesse dedicado pelos políticos, especialistas e técnicos sobre o tema das competências cognitivas accionadas pelos indivíduos modernos em distintos cenários da sua vida quotidiana. Na verdade, os indivíduos modernos são hoje convocados em cada momento das suas vidas diárias a mobilizar os seus conhecimentos com o propósito de descodificar um sem número de mensagens inscritas em diferentes tipos de suportes e em diferentes tipos de registos.

A leitura das mensagens inscritas em distintos suportes requer do leitor não só a demonstração da sua capacidade de as ler, mas também requer a demonstração da sua capacidade de as decifrar. Neste sentido a demonstração da capacidade de natureza técnica e formal ligada à leitura feita pela generalidade dos actores nas sociedades modernas exige simultaneamente a demonstração de uma outra capacidade, (uma capacidade de uma segunda natureza), agora de carácter ainda mais codificado e formal, uma vez que esta segunda demonstração requer uma habilidade diferente da anterior. A decifração dos sentidos inscritos nas mensagens que os indivíduos procuram ler diariamente, requer do leitor a habilidade de ajustar aqueles mesmos sentidos ao sentido geral emanado pela acção que está a desenvolver no próprio momento em que procura retirar daquela leitura os significados principais que são necessários para orientar a sua acção.

Tanto a primeira como a segunda capacitação de literacia são objecto de sucessivas aprendizagens em diferentes tempos e contextos, isto é, são objecto de sucessivas aprendizagens ao longo das trajectórias de cada indivíduo. No entanto, é preciso notar que as sucessivas aprendizagens em termos das competências de leitura que visam o processamento de informação contida em materiais escritos são posteriores à aprendizagem da oralidade a que estão sujeitos os falantes de uma qualquer língua de matriz mais local ou mais nacional, ou mesmo ainda de matriz mais franca ou universal. Ora a passagem da aprendizagem da oralidade para a aprendizagem da leitura baseada em ícones escritos não é realizada de forma inaugural, isto é, por artes mágicas. O domínio da leitura pressupõe então a criação de tempos dedicados à sua aprendizagem. Por outro lado, a adequação da aprendizagem da leitura em termos da qualidade do seu domínio face às exigências requeridas pelas regras gramaticais associadas a cada matriz linguística, requer tanto do mestre como do aprendiz não só a disponibilidade necessária a essa aprendizagem, mas também da maior ou menor complexidade e riqueza das tarefas produzidas nestas situações. As respostas geradas pelo desafio criado pela complexidade e riqueza das tarefas requeridas por cada situação de aprendizagem acabam por induzir práticas culturalmente menos regressivas porque impelem os aprendizes a um exercício cognitivo mais complexo e mais permanente. Isto significa que as *práticas vulgares de leitura em acção* são também o resultado de um trabalho reflexivo e intencional dos actores modernos ajustados às exigências requeridas pelas situações ou contextos de aprendizagens a que estão sujeitos esses mesmos indivíduos ao longo da sua vida.

No entanto, tais *práticas vulgares e reflexivas de leitura em acção* não apresentam sempre a mesma configuração em todas as situações a que se encontram vinculados os indivíduos modernos. A multiplicação crescente dos cenários e dos tempos que enformam e enquadram os contextos e as interacções do mundo moderno, fazem prever distintas utilizações das competências de literacia no domínio da leitura das mensagens que continuamente os indivíduos produzem, tornando-as disponíveis e actualizáveis no mapeamento quotidiano desenvolvido pelos actores.

2.

Por outro lado, os recursos cognitivos detidos pelos indivíduos não são idênticos, uma vez que os contextos e os tempos de aprendizagem – formais ou informais – também não são os mesmos. Daqui resultam situações de desigualdade, quer no âmbito da distribuição aquisitiva dos recursos cognitivos a operar pelos indivíduos, quer no âmbito da utilização dessas competências, aferidas tanto em termos da sua frequência como em termos da sua permanência ou ainda em termos da sua complexidade formal e abstracta. Convém contudo lembrar que a referida desigualdade distributiva dos recursos cognitivos, não pode ser concebida como inscrita para sempre no corpo dos indivíduos. Seguir o entendimento da inscrição permanente da desigualdade distributiva dos recursos no corpo dos actores, significa pensar a acção dos actores como um reflexo induzido pelo jogo de forças resultante da estabilidade das desiguais propriedades incorporadas em cada indivíduo moderno. Tal entendimento não é aqui seguido, nem tão pouco sugerido. De facto, as desiguais competências cognitivas manifestadas pelos actores não impedem os indivíduos menos providos dessas competências de processar a informação de uma forma reflexiva, recorrendo para esse efeito aos recursos que lhes estão naquele momento inteiramente disponíveis e ajustados às situações que experimentam no quotidiano. Por outro lado, estes mesmos indivíduos procuram, dentro das suas possibilidades ou das possibilidades criadas pelo Estado, adquirir as competências julgadas por si adequadas para a resolução dos seus problemas. E quando convocados pelas situações diárias a demonstrar essas aquisições mobilizam-nas de acordo com as suas potencialidades.

Contudo, perante o quadro da desigual distribuição dos recursos cognitivos, o questionamento sociológico sobre as *práticas vulgares e reflexivas de leitura em acção* parece estar intimamente relacionado com o questionamento sociológico mais amplo sobre as desigualdades de distribuição de bens que hoje se consideram como bens de interesse público. A inclusão dos estudos de literacia neste âmbito mais alargado torna possível equacionar este objecto como um bem público de igual equivalência ao bem público de natureza cognitiva certificado pela escola. Na verdade, a literacia agora entendida no seu sentido mais amplo – *práticas vulgares e reflexivas de leitura, escrita e cálculo em acção* – ao ser eleita como um objecto de inquirição sociológica não só inaugura um outro campo de investigações como comparticipa na criação de uma nova modalidade de categorização de competências, agora distintas das competências sancionadas pela escola. Desta forma, os estudos realizados sobre a literacia participam activamente, na construção de uma outra convenção sobre as competências cognitivas, cujas regras e modalidades de avaliação são completamente distintas das regras e modalidades de avaliação das competências cognitivas certificadas pela instituição escolar. Daqui para diante os Estados modernos passam a incluir dois bens públicos de igual dignidade na definição das suas políticas educativas porque ambos são importantes para aferir a capacitação dos cidadãos nacionais recenseados. Na verdade, a identificação dos perfis de literacia é transversal, isto é, atravessa todos os grupos e classes sociais. A construção destes perfis ou a análise mais monográfica dos seus usos em contextos determinados podem abarcar todos indivíduos independentemente dos seus atributos sociais. Tanto a constatação da desigual distribuição aquisitiva dos perfis de literacia como a construção de uma nova convenção de avaliação de competências cujas regras e modalidades de aferição são completamente distintas dos processos de julgamento produzidos pelos professores na escola, ajudam a criar e a difundir um novo conceito mais alargado de competência vulgar e reflexiva de leitura, escrita e cálculo, que apesar de pretender afirmar-se fora da órbita da escola, não deixa de levantar novos problemas e novos desafios a esta instituição e às outras instituições de aprendizagem que florescem nas sociedades modernas.

3.

A memória objectivada desigualmente traduzida pelos indivíduos modernos através das suas *práticas vulgares e reflexivas de leitura, escrita e cálculo em acção* exige o desenvolvimento continuado de estudos sobre os diferentes usos sociais destas competências. As análises sociológicas sobre os julgamentos críticos desenvolvidos a propósito da desigual distribuição das competências vulgares e reflexivas de literacia em acção podem contribuir para clarificar o lugar e o papel dos diferentes espaços de aprendizagem destas mesmas competências. Na verdade, a maior parte dos juízos críticos parecem só preocupados em questionar a escola,

responsabilizando-a pelo facto de se estar a assistir nas sociedades modernas a um processo crescente e continuado de regressão cultural traduzido pela fraca qualidade do trabalho cognitivo desenvolvido por esta instância. «Por que não admitir que um tal tipo de regressões culturais seja desde logo induzido no espaço de socialização familiar?» interroga o sociólogo José Madureira Pinto (JN:1996) num artigo publicado no Jornal de Notícias. O mesmo também pode acontecer no mundo do trabalho: «é o que (...) também acontece sobretudo em contextos de trabalhos marcados pela fragmentação e empobrecimento de tarefas, em relação a muitas outras qualidades que a escola é chamada a promover, tais como o «sentido de autonomia», a criatividade, «o espírito de iniciativa», a capacidade de «liderança», etc.»(JN:1996). Na verdade, a reflexão sobre os usos sociais das competências vulgares e reflexivas de leitura, cálculo e escrita em acção requer também uma reflexão cuidada sobre as identidades pessoais e colectivas. Em certo sentido, a tradução da memória objectivada dos indivíduos modernos através das referidas competências de literacia convocam para a discussão a sua articulação com a produção social das identidades pessoais. Segundo François Singly, a produção social das identidades pessoais exige que se atenda ao cruzamento mais activo de dois princípios em tensão permanente: o princípio da estabilidade estatutária, dos papéis e das posições e o princípio menos estável do subjectivismo ou do processo de individuação. Ora o primeiro destes dois princípios parece estar mais próximo das actividades mais formais desenvolvidas nos contextos das famílias, da escola e do local de trabalho. O segundo destes dois princípios parece estar mais próximo dos momentos e contextos mais informais. As reflexões sociológicas sobre os tempos e os contextos de literacia também precisam de convocar a importância da análise das gramáticas identitárias dos indivíduos modernos, em particular dos indivíduos identificados como os mais desprovidos dessas competências. Estes estudos podem fornecer-nos pistas interessantes sobre os sentidos que a aquisição das competências de literacia produzem naqueles indivíduos que se encontram mais afastados dos seus usos na vida quotidiana.

Referências Bibliográficas

- BOLTANSKI, L. (1990), *L'Amour et la Justice comme compétences. Trois essais de sociologie de l'action*, Paris, Éditions Métailié.
- KAUFMANN, J-C. (2001) - *Ego. Pour une sociologie de l'individu*, Paris, Nathan.
- LAHIRE, B., (1992) - «Discours sur l'illettrisme et cultures écrites. Remarques sociologiques sur un problème social» in in BESSE, J-M, GAULMYN, M-M, GINET, D., LAHIRE, B., *L'illettrisme en question*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon.
- LAHIRE, B., (1990) - «Sociologie des pratiques d'écriture : contribution à l'analyse du lien entre le social et le langage», *Ethnologie Française*, XX, nº3, 262-273.
- LAHIRE, B., (1996), «La variation des contextes en Sciences Sociales : remarques épistémologiques» in *Annales HSS*, nº2, 381-407.
- LAHIRE, B. (1998) – *L'homme pluriel. Les ressorts de l'action*, Paris, Nathan Université.
- RESENDE, J.M. (2002) – «Questionamento sobre o conceito de Literacia através do seu contrário» in coord. Maria Nazareth Fernandes, *Literacia e Cidadania – convergências e interfaces*, Évora, ISBN – 972-8152-08-6.
- SINGLY, F. (2000 a), 1ª edição 1996) – *O Eu, o Casal e a Família*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- WAGNER, P. (1996) – *Liberté et Discipline. Les deux crises de la modernité*, Paris, Éditions Métailié.
- WALZER, M. (1999, 1ª edição 1983) – *As Esferas da Justiça. Em defesa do pluralismo e da igualdade*, Lisboa, Editorial Presença.

2 Tempos e Contextos da Literacia

Maria do Carmo Gomes

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e das Empresas

Não se pode, certamente, falar em *contextos de literacia*, sem revisitar, por um lado, a definição do próprio conceito e, por outro, aquelas que são as duas grandes posições teórico-metodológicas nos estudos realizados a este respeito.

Assim, por *literacia*, entendem-se “as capacidades de processamento de informação escrita na vida quotidiana” (Benavente, *et al.*, 1996: 13). Capacidades essas que se baseiam nas competências básicas - a leitura, a escrita e o cálculo - e cuja utilização se pode fazer em diferentes suportes (mapas, gráficos, impressos, folhetos, cartas, textos, notícias, horários, etc.).

Como sabemos, para além das evoluções (e algumas involuções) conceptuais do termo *literacia*, as pesquisas desenvolvidas encerram-se em duas grandes linhas de referência, aqui designadas por: as *transversal-estruturalistas* e as *local-culturalistas*.

As primeiras centram a sua atenção nos perfis de distribuição das competências em unidades de análise alargadas, como o são, um país ou uma região, e na comparação dos resultados quantitativos-extensivos obtidos.

No caso português, o Estudo Nacional de Literacia (Benavente, *et al.*, 1996), na sua componente quantitativa-extensiva, é desta linha de pesquisa, um excelente exemplo, para além de ser um referencial teórico, metodológico e empírico dos estudos subseqüentes realizados em Portugal sobre este tema.

Através dele, obteve-se em 1996, o perfil de distribuição da população portuguesa por níveis de literacia, e aferiram-se, essas mesmas distribuições por outras variáveis de caracterização social, como os níveis de escolaridade, a idade, o sexo, ou as categorias socioprofissionais.

Parte-se, pois, nesta linha de pesquisa, da ideia de que as competências de literacia são transversais aos diferentes contextos socioculturais e que por isso se podem medir e distribuir através de escalas quantitativas-extensivas.

Os segundos, complementarmente, partem da ideia de que as competências de literacia podem (ou melhor, devem) ser estudadas tendo em conta a sua utilização em contextos socioculturais específicos. Não pretendem aferir distribuições quantitativas, nem obter relações quantificadas com outras variáveis estruturais de caracterização social, mas sim compreender os modos como os indivíduos nos diferentes contextos em que se inserem, utilizam as competências de leitura, escrita e cálculo.

As monografias realizadas no quadro do Estudo Nacional de Literacia são também uma importante referência a ter em conta nesta linha de pesquisa (Dias, 1996; Machado, 1996; Sebastião, 1996; Teixeira e Fontes, 1996a; 1996b), bem como algumas outras pesquisas qualitativas-intensivas entretanto desenvolvidas (Reis, 1995; Mansinho, 1999).

Portanto, falar em *contextos*, significa antes de mais, analisar o conceito de literacia tendo por referência os diversos e potenciais contextos de utilização das competências de leitura, escrita e cálculo.

A investigação que desenvolvi (Gomes, 2002; 2003) assumiu exactamente uma configuração metodológica que a insere na segunda linha de pesquisas sobre literacia, não só pela estratégia de recolha de informação concebida, como também, pelos pressupostos conceptuais. A sua especificidade reside, porém, no entendimento da utilização das competências básicas de literacia como transversal aos diferentes contextos socioculturais. Torna-se assim possível analisar não só os usos contextualizados, como as próprias incapacidades de utilização, os obstáculos encontrados, as soluções preconizadas e, até mesmo, as situações de exclusão experienciadas.

Algumas notas empíricas...

Os resultados disponíveis mostram claramente que o perfil de literacia da população portuguesa se distribui acentuadamente nos níveis mais baixos (Níveis 0 e 1 da escala quantitativa) revelando fracas competências de leitura, escrita e cálculo para o processamento da informação contida em materiais escritos (Benavente, et al., 1996). E, em comparação com outros países do mundo, Portugal tem um perfil semelhante a países pouco desenvolvidos (OECD e Statistics Canada, 2000).

Estas distribuições, não são uma novidade, quando temos conhecimento dos fracas níveis de escolaridade que os portugueses possuem, mas constituem uma fonte de informação importante para reflectir sobre o que poderá significar essa ausência de capacidades para lidar com a informação escrita na vida do dia a dia.

Foi exactamente com esse propósito que se partiu para a pesquisa, tentando perceber como é que as pessoas que possuem fracas competências de literacia lidam com os materiais escritos com que se deparam nas suas múltiplas actividades do quotidiano.

Se, mais de metade da população portuguesa, não possui as competências necessárias para lidar com a informação escrita, a que limitações esse perfil conduz? Constitui-se a literacia como um factor exclusionário? Que soluções são encontradas para ultrapassar os obstáculos com que essas pessoas se confrontam? E se, embora pontuais, existem situações em que essas competências são accionadas e como procedem à decifração da informação escrita?

A investigação foi levada a cabo numa escola de 1º ciclo, onde se ministravam cursos de educação de adultos do ensino básico recorrente a um conjunto de indivíduos que não possuía sequer 4 anos de escolaridade, e alguns deles, sem nunca terem frequentado a escola, não sabendo pois ler nem escrever. Deste modo, seria possível, encontrar indivíduos com as características que me permitiriam analisar as dimensões em causa. Alguns dos resultados obtidos apresentam-se de seguida.

Três pontos de reflexão

1. *Que tipos de práticas realizam os indivíduos com competências de literacia fracas ou muito fracas?*

Possuir fracas competências de literacia não quer dizer que as pessoas com essas características não as utilizem por completo, ou não sejam confrontadas diariamente com situações em que é necessário que as accionem.

Pelo contrário, a vida quotidiana está impregnada de informação escrita, em diferentes suportes, veiculada pelos mais variados meios, nas mais diversas situações. Basta pensar, nos folhetos informativos que nos chegam por correio, nos cálculos diários de gestão do orçamento doméstico, na leitura das legendas ou rodapés informativos na televisão, nos impressos que cada vez mais frequentemente nos são pedidos que se preenchem, etc. ...

Destacaram-se, portanto, neste grupo de indivíduos – os que têm muitas dificuldades em lidar com a informação escrita – três **tipos hierarquizados de práticas de literacia**.

Em primeiro lugar, encontram-se os indivíduos que têm *uma total ausência de capacidades para lidar com a informação escrita*. Estão aqui os que mais se aproximam aos analfabetos literais, e que só utilizam a leitura, a escrita e o cálculo, de um modo muito residual, e em situações de grande rotina, como por exemplo, a identificação de um determinado número para conseguir ‘apanhar’ o transporte público que se deseja. Estas foram identificadas como **práticas nulas** de literacia.

Encontraram-se, também, indivíduos que têm *capacidades muito rudimentares de leitura, escrita e cálculo*, embora mais do que os anteriores. Conseguem por exemplo calcular uma soma ou assinar o nome. Podem até ter alguma proficiência num determinado domínio de literacia, como por exemplo, a literacia quantitativa. Não conseguir ler não significa que não se saiba fazer cálculos. Estes indivíduos podem até conseguir realizar várias operações aritméticas (como a multiplicação ou a divisão). São, pois, as **práticas rudimentares** dos indivíduos que conseguimos nos três domínios de literacia analisados – prosa, documental e quantitativo – uma *utilização básica das competências de leitura,*

escrita e cálculo, o que lhes permite decifrar a informação escrita com que se deparam de um modo suficiente. É exemplo deste tipo de práticas, o preenchimento de um formulário simples de um modo autónomo, como o do pedido do Bilhete de Identidade. Estas são as **práticas básicas** de literacia.

2. Quais as situações contextuais de uso e as soluções adaptativas utilizadas para ultrapassar os obstáculos no processamento da informação escrita?

As situações em que são accionadas as competências de leitura, escrita e cálculo são, porventura, mais diversas do que se podia supor à partida, e variam consoante o tipo de práticas que os indivíduos conseguem realizar. Agrupam-se em duas ordens de situações: as que se prendem com a interacção a estabelecer com instituições públicas e privadas; e as que não requerem qualquer tipo de relação interpessoal.

Apenas a título ilustrativo, apresento-vos aqui algumas das **situações contextuais de uso** identificadas e experienciadas por esta população: a assinatura do Bilhete de Identidade; o preenchimento do impresso do pedido do Bilhete de Identidade; a assinatura num impresso de um banco ou nos Correios; a leitura das legendas na televisão; a leitura de placas com o nome das ruas ou outras informações; as compras diárias dos produtos; etc.

Mas, se estas situações são resolvidas por alguns indivíduos com relativa facilidade, para outros são autênticos desafios cognitivos. Como agem, ou melhor, reagem, essas pessoas quando são confrontadas com situações para as quais não possuem as competências de literacia necessárias?

Por vezes, os obstáculos surgem pela ausência de capacidades de leitura, escrita e cálculo – os **estruturais** –, e por outro, devido a elementos contextuais da própria situação – os **conjunturais**. Uns ou outros conduzem, habitualmente, a soluções adaptativas, que se podem sintetizar em duas formas principais: a **rotinização** dos procedimentos; ou o **recurso** a um *'executor das competências de literacia'*.

3. Como é que a literacia, se pode constituir como uma dimensão de exclusão social?

Passando ao terceiro ponto de reflexão, e dadas as anteriores referências, é indispensável discutir como é que a literacia se pode constituir como um factor de exclusão social, e de que modo é que isso se interliga com as habituais dimensões de análise deste fenómeno?

Fala-se muitas vezes, de *iliteracia*, fazendo corresponder este conceito às incapacidades de uso das competências de leitura, escrita e cálculo. Mas, o próprio conceito não permite que se meçam as incapacidades, já que a literacia é medida pela positiva e não pela negativa. Assim, e a partir desta posição conceptual, pretendeu-se perceber como é que se lidava e não como é que não se lidava com os materiais escritos? Que competências se possuía e não as que não se possuíam? E por aí fora... Pretendia-se, mais do que tudo, perceber se essas pessoas se sentiam excluídas, de que modo, e em que situações.

Esta perspectiva analítica permitiu-me esboçar a definição do conceito de **literexclusão**, o qual abrange conteúdos em três níveis diferentes:

- o processual, traduzido nas *próprias incapacidades* de utilizar a informação escrita nas diferentes situações da vida quotidiana;
- as *consequências sociais* de se possuir fracas competências de literacia, como por exemplo, a obtenção de emprego, a participação social e política, o acesso à informação e à cultura;
- e, as *percepções individuais* da exclusão social, umas vezes, por estigmatização, outras por privação relativa face aos que possuem esse tipo de competências.

Em síntese, este texto pretende contribuir, ainda que modestamente, para o entendimento dos *contextos da literacia*, e espera-se pois que o possa fazer, por duas vias: a primeira através da clarificação dos conceitos e das posições teórico-metodológicas nos estudos sobre literacia e da sua complementaridade; e a segunda, pela apresentação de um caso que nos permite conhecer melhor e mais aprofundadamente as dinâmicas e os contextos de utilização das competências de literacia, e as implicações que este fenómeno pode ter em situações de exclusão social.

Bibliografia

- BENAVENTE, Ana (org.), Alexandre Rosa, António Firmino da Costa, e Patrícia Ávila (1996), *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação.
- DIAS, Helena Caninhas (1996), "Agricultores e literacia: relação com a informação institucional e vida quotidiana no Centro Litoral", em Ana Benavente (org.), Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila, *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação, pp. 357-392.
- GOMES, Maria do Carmo (2002), *Literacia e Educação de Adultos: Percursos, Processos e Efeitos. Um estudo de caso*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, dissertação de mestrado.
- GOMES, Maria do Carmo (2003), "Literexclusão na vida quotidiana", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 41, pp. 63-92.
- MACHADO, Fernando Luís, (1996), "Minorias e literacia: imigrantes guineenses em Portugal", em Ana Benavente (org.), Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila, *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação, pp. 171-238.
- MANSINHO, Maria Inês (1999), "Saber ler e escrever: comunicar com os agricultores", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 30, pp. 165-192.
- OECD e Statistics Canada (2000), *Literacy in the Information Age: Final Report of the International Literacy Study*, Paris/Ottawa, OECD and Minister of Industry.
- REIS, Filipe (1995), *Saberes e Contextos de Aprendizagem: Práticas Escolares e Usos Quotidianos da Escrita*, PAPCC, Lisboa, ISCTE.
- SEBASTIÃO, João (1996), "Relações dos jovens com a literacia: contextos de socialização em meio operário", Ana Benavente (org.), Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila, *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação, pp. 239-265.
- TEIXEIRA, Leonor, e FONTES, Miguel (1996a), "A literacia na vida quotidiana dos idosos: duas freguesias do centro histórico de Lisboa", e, Ana Benavente (org.), Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila, *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação, pp. 267-310.
- TEIXEIRA, Leonor, e FONTES, Miguel (1996b), "Literacia numa vila do interior: trabalhadores fabris e do pequeno comércio", em Ana Benavente (org.), Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila, *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação, pp. 311-355.

3 Agência Mediática e Relevância Pública

Diana Andringa

Jornalista

Há algumas dezenas de anos ainda, o alinhamento do Telejornal era relativamente fácil de fazer – e de acompanhar pelo espectador. Sozinha no terreno, sujeita a Censura, a RTP, informada pela ANI, informava-nos por sua vez das actividades do venerando Chefe de Estado – designação normalmente dada então ao Presidente da República – seguindo-se as notícias relativas à actividade do Senhor Presidente do Conselho e dos diferentes Ministros, por vezes – em períodos mais conturbados – do Embaixador de Portugal na ONU, o noticiário Internacional e o Desportivo – tendo por vezes pelo meio algumas informações de Sociedade.

Com a instauração da democracia, as coisas começaram a mudar e o Telejornal deixou de obedecer às regras da informação institucional, mas continuou a privilegiar o noticiário político, no quadro de uma doutrina de responsabilidade social, segundo a qual, como proclamado pelo Código Deontológico aprovado em 1976, o jornalista deve *“esforçar-se por contribuir para a formação da consciência cívica e da personalidade moral dos seus concidadãos, bem como para o desenvolvimento da cultura e da capacidade crítica do povo português, e não fomentar de qualquer modo maus instintos ou sentimentos mórbidos, tratando os assuntos escabrosos com respeito pela consciência moral da colectividade”*.

Entre 1988 e 1992, no entanto, e segundo dados de Florbela Lopes, o tempo concedido ao *Estado* no Telejornal diminuiu de uma hora, enquanto o tempo dedicado às notícias de *casos pessoais* e *vida quotidiana* aumentava, no mesmo período, de 15 e 30 minutos, respectivamente, para uma hora.

Esta alteração testemunhava a mudança em curso – dentro e fora de Portugal – da noção predominante do jornalismo como “serviço público”, dedicado a informar os espectadores/ouvintes/leitores sobre a *“res publica”* para outra, segundo a qual caberia ao jornalismo, mais do que servir o interesse público, corresponder ao interesse/curiosidade do público, contando-lhe as “anedotas” do quotidiano, sem as referir ao político.

Dito por outras palavras, testemunhava o afastamento da agenda mediática do critério de relevância pública – porque (por mais traumatizados que tenhamos ficado pela “informação à SNI”) parece pacífico admitir que, em termos desta, o *Estado* é mais importante que os *casos pessoais*, sobretudo quando narrados sem enquadramento.

A importância desse afastamento é tanto maior quanto diversos estudos realizados desde os anos 70 sobre o *agendamento* (*agenda setting*), convergiram, como lembrou Mário Mesquita, *“no reconhecimento da influência decisiva dos meios de comunicação na construção social da realidade”*.

Assim, por exemplo, se depois de mais de dez anos de observação participante e realização de entrevistas em diversos órgãos de informação, a socióloga norte-americana Gaye Tuchman era forçada a reconhecer não lhe ser possível *“provar a sua suposição inicial de que os meios informativos criam o contexto em que os cidadãos discutem as questões políticas”*, logo afirmava continuar a acreditar que o fazem.

A subalternização da vida política pelos telejornais veiculou a mensagem do fim da era em que “tudo é política” e o advento de outra, de atomização dos acontecimentos, arrastando um sentimento de inevitabilidade, de “as coisas são como são”, adaptada à proclamação do fim das ideologias e à instauração daquilo a que normalmente se chama “o pensamento único”.

No entanto, subalternizando a política, os telejornais serviam de facto uma política. É que, como lembram Heikki Heikkila e Risto Kunelius, *“o poder reside na linguagem em geral e na selecção de tópicos, ângulos e fontes de notícia”* e, se o jornalismo não actua abertamente

em favor de algo, como fazem as instituições políticas, não deixa de participar na produção e reprodução de *relações de poder*.

Analisando a situação nos Estados Unidos da América, na sequência do caso Mónica Lewinsky, Bruce Williams e Michael Carpini escrevem que *“as alterações no ambiente dos media erodiram a sempre difícil distinção entre informação e entretenimento”* e sugerem que *“dessa erosão resultou o colapso da função de gatekeeping, alterando os pressupostos das elites, cidadãos e académicos em relação ao papel dos media numa sociedade democrática”*.

De um tempo de “responsabilidade social dos media” (teorizada por Theodore Peterson), em que cabia à informação cumprir as funções de serviço público dos *media*, com as elites mediáticas e políticas a cumprir a função de *gatekeeping* em nome do interesse público na construção da realidade política e social, passou-se a uma época de perda do interesse pela denominada “informação séria” sobre as questões de interesse público, política e economia.

Cresce, em troca, como escreve Gérard Imbert, *“o interesse por um outro tipo de actualidade: a actualidade rosa (bisbilhotice), actualidade negra (vinculada aos acontecimentos), actualidade amarela (escândalos, notícias sensacionalistas) e, em geral, o interesse por tudo o que representa o lado humano da actualidade, na sua dimensão individual e emotiva, e por tudo quanto remete para o micro-social.”*

É a Neo-Televisão, centrada na esfera privada e afectiva, em contraponto à Paleo-Televisão, centrada na esfera pública e racional. A Neo-Televisão tem como objectivo *“provocar uma agitação emocional, uma surpresa, um choque especulando sobre o voyeurismo do espectador”*, como escreve Jean-Jacques Jaspers. É uma televisão que deixou de ser “de mensagem” para se tornar “de relação”, que passou de “janela” a “espelho” (no dizer de Dominique Mehl) e que segue *“de forma mais ou menos aberta os gostos mórbidos do público, a pulsão da morte, trazida à luz pela psicanálise, dando lugar a cenas sangrentas e violentas”*.

A Paleo-Televisão pretendia-se uma janela aberta sobre o Mundo; a Neo-Televisão, mais do que um espelho, oferece aos espectadores um buraco de fechadura à medida do *voyeurismo* que lhe atribuem.

Essa mudança, que não foi exclusiva da televisão, e que parece subalternizar a política, tem, já se disse, óbvias consequências políticas.

Um exemplo: a 20 de Julho de 2003, uma notícia do jornal “Público” sublinhava – com base num relatório governamental publicado nessa semana no Reino Unido – que *“a maneira como as sociedades encaram o crime é altamente influenciada pelas notícias dos jornais, com os leitores de tablóides a mostrarem o dobro da preocupação daqueles que lêem jornais de referência”*.

Segundo esse relatório, o destaque dado pela imprensa sensacionalista a histórias humanas envolvendo ilegalidades levava a que 43 por cento dos leitores de tablóides acreditassem que o crime aumentara “muito” nos últimos tempos, contra 26 por cento dos leitores de jornais ditos “de referência”. E isto quando as estatísticas do crime tinham vindo a baixar em Inglaterra.

Considerando apenas o medo de serem assaltados, 16 por cento dos leitores de tablóides diziam-se “muito preocupados”, contra apenas 7 por cento dos leitores de jornais de referência. No que respeita especificamente a ataques físicos, a disparidade era ainda maior: 17 por cento dos consumidores de títulos sensacionalistas admitiam viver “muito preocupados” com essa possibilidade, enquanto entre os leitores de outros jornais a percentagem era de apenas 6 por cento.

Mais interessante ainda, no conjunto, 38 por cento dos inquiridos acreditavam que a taxa de criminalidade tinha subido muito nos últimos dois anos e 35 por cento consideraram que tinha aumentado um pouco – enquanto que, na realidade, o risco de alguém se tornar vítima de um crime no Reino Unido nunca fora tão baixo.

Parece, assim, que a agenda mediática cria, mais do que segue, a relevância pública – e que as notícias sobre crime são ouro em pó para os defensores da segurança acima de tudo e terão, certamente, consequências políticas, ao nível não só das votações, mas também dos programas políticos, normalmente pensados para obter vitórias eleitorais.

Algo em que vale a pena reflectir quando estudos recentes – nomeadamente o de Nuno Brandão, “O Espectáculo das Notícias” – apontam para que, em Portugal, a deriva sensacionalista das televisões, na sua luta por audiências, tem vindo a privilegiar, na

abertura dos telejornais, os temas “acidentes e catástrofes” e “Problemas sociais” – normalmente como “*fait-divers*”, ou seja, de forma não contextualizada, não referida ao enquadramento social e político – em relação à informação política nacional e, sobretudo, internacional – ajudando a criar um estado de espírito semelhante àquele que a notícia do Público nos refere, em relação ao Reino Unido.

Não seria preciso, evidentemente, ler esta notícia: todos nós vimos como, em Portugal, que se gaba de ter abolido – antes de outros, tidos por mais avançados – a pena de morte e a prisão perpétua, as notícias sobre o caso Casa Pia fizeram crescer o número dos que gostariam de as ver reintroduzidas nas nossas disposições penais.

Antes do caso Casa Pia, a 4 de Janeiro de 2001, um outro caso, o do homem que se barricou nas instalações da RTP, apontava já o perigo de atentados ao bom senso cometidos pelas televisões na sua confrontação pelas audiências e de total inversão da relevância pública da agenda mediática.

Lembram-se? Lembram-se que RTP1, SIC e TVI alteraram todas a sua programação, dedicando intermináveis directos à ameaça de suicídio de Manuel Subtil, mesmo depois de especialistas *psi* ouvidos pelas três cadeias mostrarem pouca convicção no suicídio e muita no efeito deletério dessas transmissões?

Lembram-se do que se passou no final? De como a TVI anunciou “Está a sair, neste momento, Manuel Subtil” e, pouco depois, as câmaras mostraram Manuel Subtil a abandonar as instalações da RTP, acenando e atirando beijos em redor, vivamente aplaudido, como se pôde ver nas imagens e se encarregou de sublinhar uma jornalista da RTP, dois minutos depois?

Dir-se-ia que essa saída sob aplausos deveria levar qualquer pessoa dotada de espírito cívico e sentido crítico a pensar duas vezes sobre a forma como o caso fora tratado. Mas não foi o que se verificou: na descrição dos jornalistas, Manuel Subtil, obviamente detido, “ia ‘dirigir- se’ à sede da Polícia Judiciária”, “acompanhado” por carros da Polícia.” E, meia hora mais tarde, a SIC ainda repetia comentários dos curiosos concentrados junto à RTP: “O que eu sinto por ele é admiração e inveja de não fazer o mesmo.”, “Eu faria igual!”, “Estou aqui para apoiar este senhor, porque a injustiça é muito grande!” - frase seguida de aplausos.

Se, nesse dia, disséssemos a qualquer um dos profissionais envolvidos que estava a corresponder ao (e a fomentar o) interesse do público, mais que a servir o interesse público, ficariam chocados. Mais ainda se lhes disséssemos que faziam a apologia da chantagem do terror. E é verdade que não o estavam, conscientemente. Estavam apenas a seguir uma noção de informação que Ignacio Ramonet descreve dizendo que “*hoje em dia, informar é “mostrar a história em curso”, ou, por outras palavras, fazer assistir (se possível em directo) ao acontecimento Trata-se de uma revolução copernicana, da qual ainda não se estudaram todas as consequências e que supõe que a imagem do acontecimento (ou a sua descrição) é suficiente para dar todo o seu significado.*”⁴

Um efeito das novas tecnologias, cujos avanços pareciam favoráveis aos jornalistas, mas vieram revelar-se geradoras de constrangimentos, favorecendo uma velocidade que se opõe à tradicional tarefa jornalística de interpretação dos factos sociais. Na televisão, impôs-se o directo, com tudo o que pressupõe de incapacidade editorial do jornalista, de ausência de contextualização e de contraditório, de sobreposição da emoção à compreensão. E a concorrência entre cadeias de televisão transformou a velocidade, o “mostrar primeiro”, em valor-notícia, que se estendeu à própria imprensa escrita, tornando habitual o aparecimento de notícias sobre temas não totalmente investigados ou mesmo não confirmados, com a sugestiva explicação (que ainda muito recentemente me foi dada por um jornalista de vincadas preocupações éticas): “*Se não déssemos, a concorrência iria dá-la.*”

Os jornalistas que cobriam o caso Subtil, como os que hoje falam, sem dizer nada de relevante, à porta do Tribunal onde decorre o caso Casa Pia, justificam a análise de Pierre Mannoni que, em *A Psicologia Colectiva*, escreve que “*tudo se resume, para os media, e praticamente seja qual for o assunto abordado (política, ciência, técnica, social), em montar um espectáculo, com tudo o que isso implica de encenação, dramatização, ressonâncias, suspense, jogo com silhuetas familiares, ou, pelo contrário, surpreendentes.*”

⁴ Ramonet, Ignacio, “*La tiranía de la comunicación*”, *Temas de Debate*, Madrid, 1998.

Mannoni é, aliás, severo em relação aos jornalistas: *“Os profissionais dramatizam espontaneamente o facto que apresentam, para o tornarem mais interessante e aumentarem as probabilidades de atingir o público. Escolhem portanto os efeitos mais espectaculares, enriquecem artificialmente o acontecimento, dão-lhe cor, recorrem ao cliché e ao estilo hagiográfico; criam, numa palavra, uma pseudo-realidade que o seu zelo propulsa para a frente da cena.”*

Pseudo-realidade propulsada para a frente da cena: a agenda mediática afasta-se do interesse público para criar novas relevâncias públicas, baseadas mais na forma narrativa que no seu conteúdo. Com prejuízo evidente para a qualidade de informação. Como acrescenta Pierre Mannoni, *“muitas vezes, e sem se darem bem conta disso, os jornalistas chegam a tornar-se amplificadores de “boatos” sem fundamento, e a participar no aumento da inquietação. Quando não caucionam uma mentira, podem alimentar um fantasma e contribuir para a sua difusão.”*

4 2004: O ano português do futebol

Ana Santos

Faculdade de Motricidade Humana de Lisboa

O Euro 2004 em Portugal

Este escrito é apenas um ensaio no qual pretendo apenas discutir o Euro 2004, enquanto grande evento desportivo realizado em Portugal. O 1º Campeonato do Mundo de Futebol – realizado em 1930 no Uruguai, em Montevideo – coloca o futebol na senda da realização dos grandes eventos como o são as Exposições Universais e os Jogos Olímpicos. No fim do século XIX, início do século XX, estes grandes eventos são retractados por Hobsbawn⁵ como fazendo parte do *toolkit* de invenção da tradição, num momento de construção da ideia de nação e de identidade nacional e em resposta à necessidade de afirmação imperial de estados-nação europeus. O desenvolvimento militar dos estados, marcado pelas duas Grandes Guerras, faz dos grandes eventos desportivos momentos de afirmação político ideológica. O “mundo corporal” do desporto é chamado a fazer passar uma imagem positiva concreta da nação, o herói do desporto como que antropomorfiza a ideia de nação tornando objectivas as suas qualidades de afirmação da raça. Com o advento da televisão e das transmissões via satélite, os grandes eventos desportivos superam as Expos porque a competição contém o drama essencial ao ganho das audiências, e o grande evento desportivo passa a ser mediático e global.

A organização de um grande evento internacional desportivo, como o Euro 2004, acarreta consigo motivações e oportunidades especiais de participação em projectos colectivos. A realização do Euro em Portugal mobiliza não só a estrutura internacional que o concebe, a UEFA, como grupos de interesse nacionais, ligados com a organização e a gestão política do evento e com a construção dos novos estádios, que, de forma instrumental, usam também o acontecimento como meio de encontro e interacção consolidando a sua posição nessas redes de relações.

O evento dinamiza um espaço de trocas transitório abrindo um conjunto de possibilidades à convergência intersectorial. A mobilização, ora marcada por projectos centralizados, muitas vezes nacionalistas e de construção da identidade colectiva, ora pontuada por iniciativas que, apesar de florescerem à margem dos primeiros, não deixam de questionar politicamente as suas ambiguidades culturais e acabam por fazer face a essa construção identitária. Exposições, debates, lançamento de livros, congressos e conferências como esta que aqui se realiza, acontecem à margem do grande evento desportivo, motivando também uma discussão bastante oportuna para o futebol num momento crucial em que este procura ser objecto de estudo legítimo no interior das ciências sociais.

Mas a popularidade deste evento torna-o também alvo de controvérsia social e política, sintetizada quer na preocupação do que fazer com o legado de 10 novos estádios, quer com aspectos sociais sobre o uso de trabalho ilegal de imigrantes na construção de obras públicas, quer ainda com as dúvidas sobre os critérios seguidos para justicar uma despesa pública de montante tão elevado. Eventos desportivos deste tipo capitalizam a atenção nos dois extremos, estimulam a adesão e a contestação. A contestação mais ligada com a circulação de texto e, por isso mesmo, de menor visibilidade; e a adesão objectivada na

⁵ HOBBSAWN, Eric, RANGER, T. (eds.) (1983) *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.

circulação de pessoas, que em massa afluem aos estádios onde se realizam os jogos, nos números recorde de audiência durante a transmissão desses jogos, todos com grande projecção mediática.

São eventos que servem de marcadores de tempo: antes do Euro, depois do Euro. O significado que têm como marcadores do calendário redefine-se e relembra-se sazonalmente, no contexto da ritualização do evento enquanto acto extraordinário que se repete de quatro em quatro anos. Para o país organizador, este evento motiva a construção de uma narrativa histórica colectiva e, ao mesmo tempo, torna-se um evento marcante que, de tão extraordinário, muito raramente se repetirá na história de vida de um mesmo indivíduo. O mesmo se pode dizer para as cidades nas quais foram construídos novos estádios e nas quais o evento deixa marcas objectivadas na paisagem urbana, o caso deste estádio, em Braga, que leva ao refazer da história da cidade para o incluir na retórica da sua singularidade. O evento glutinou as acções sociais efectivas, mas mais do que isso, reafirmou a agência corporizada das pessoas, enquanto actores individuais, mesmo quando a actividade realizada é só a de espectador. O grande público foi convocado a fazer parte deste movimento cultural internacional, em primeiro lugar, por actividades de consumo. A promoção do evento utiliza mecanismos de circulação global de produtos e serviços que ultrapassam as necessidades de marketing do evento. Esta lógica promocional inscreve-se no cruzar do mercado de produtos globais com o quotidiano de vida de cada pessoa, e tem tanto de eficaz quanto de irónico (pelo tipo de produtos que é usado para promover jogos de futebol) e, passando a descrever refeições possíveis de dia banal mas emblemático em termos de promoção: ao pequeno almoço podemos ter uns *Korn-Flakes*, que anunciam um concurso no qual o prémio são bilhetes para o Euro; sem pensar muito no valor alimentício do produto, a meio da manhã o *Bolicão* oferece o cromo de um dos jogadores; ao almoço, para olvidar algum stress, temos os douraditos da *Iglo* que também insistem na oferta de bilhetes através de um concurso; a meio da tarde pegamos no Figo que ilustra o pacote de *Doritos*; ainda a caminho de casa, encomenda-se o jantar à *tele-Pizza*, e assim deglutimos o pão de alho e a “pizza quatro estações” com a lembrança de dar apoio à selecção nacional; no que respeita à bebida, o grande patrocinador do evento, a *Coca-Cola*, coloca-nos nas mãos o “remate do Rui Costa”; o café *Delta* faz-se levar à boca por chávenas que ostentam o símbolo da bandeira nacional, já devidamente adoçado pelo açúcar *Sical* com “ditos” e “frases feitas” sobre o Euro; quase em casa ainda passamos na bomba de gasolina e, ao abastecer o automóvel, temos o Figo, uma vez mais, a protagonizar a energia que caracteriza a nova imagem de marketing da *Galp*; o abandono no sofá, num serão mais despreocupado, traz-nos a imagem de um país, não enquanto comunidade mas enquanto território, o retratado como um enorme relvado à beira mar plantado.

A entrada do Euro no quotidiano alimentar faz-se através de multinacionais que apostam na promoção do evento internacional para ter ganhos no consumo nacional, utilizando para o efeito os heróis desportivos locais e outros símbolos nacionais dando suporte à tese Jackson⁶, de que um evento desportivo desta natureza envolve relações estreitas entre o que apelida de global e local. Durante o evento, a tese de Rowe⁷, segundo a qual o grande evento desportivo é o repúdio do global e tão só afirmação do local, ganha maior visibilidade. Durante a realização dos jogos do Euro, ao nível mediático, será dada ênfase ao jogo dramático do confronto metafórico entre nações mas paralelamente, e enquanto a competição prossegue, o jogo das trocas comerciais e globais ocorre mesmo dentro do campo com a publicidade às marcas do equipamento usado pelos próprios jogadores.

O Euro 2004 proporciona o reconhecimento dos símbolos da nacionalidade acentuados pelo facto de ser o país hospitaleiro, com capacidade de organizar e receber todos os outros países, há outras competições que decorrem paralelamente à competição desportiva como a avaliação do país em função da capacidade de organização, de resolução de problemas relativos com a segurança dos jogos, dos espectadores e dos conflitos entre claque, e hospitaleiras ligadas com o saber receber. Todos estes “jogos de competição paralela” se

⁶ Jackson, S. *et al.* (1999), “Between and beyond the global and the local”, *International Review for the Sociology of Sport*, 34/1: 31-42

⁷ ROWE, David (1995), *Popular Cultures, rock music, sport and the politics of pleasure*. Londres: Sage Publications.

inserir no processo de salvaguarda, e se possível promoção, da identidade nacional e também individual no que respeita aos fenómenos de imaginação de pertença nacional.

O grande evento situa-se assim num fluxo de experiência comum do tempo histórico; funciona também como recurso cultural que estrutura o tempo e o espaço da experiência pessoal. O grande evento oferece a oportunidade de participação em projectos colectivos na medida em que reanima a estrutura de tempo tanto na dimensão pessoal como social da vida através da participação corporizada ou não mas de qualquer modo dramatizada e activa mesmo que o assistir aos jogos seja pela televisão.

Os grandes eventos apesar da curta duração perspectivam-se a longo prazo no que respeita ao discurso associado sobre memórias e tradições com capacidade de prover pontos de referência, produtos culturais com significado intergeracional.

4

2004:

O ano português do futebol

António da Silva Costa

Faculdade de Ciências da Educação Física e do Desporto da Universidade do Porto

Portugal, País de Futebol

(Graças ao futebol, a nossa pátria é o mundo)

Introdução. Euro 2004 – A Grande Festa do Futebol

É com imensa alegria que vemos este Congresso de Sociologia, realizado aqui na “Cidade dos Arcebispos”, organizar uma “Noite de Sociologia” sobre o tema “2004 – O Ano Português do Futebol”, encontro este que tem lugar no novo e típico Estádio de Braga que daqui para a frente vai funcionar como um dos “Altos Lugares” do Desporto-Rei em Portugal e como um lugar de peregrinação e de festa para os amantes do futebol. Nesta noite de 12 de Maio, Fátima é verdadeiramente o “Altar do Mundo” e funciona como um lugar privilegiado de peregrinação e de festa para muitos milhares de pessoas que ali vêm mostrando que o homem não pode viver sem essas componentes da existência humana. É também isto mesmo que o futebol nos ajuda a compreender.

Em 1990, num pequeno estudo subordinado ao tema « Futebol, a grande festa dos tempos modernos », desenvolvemos uma reflexão sobre a capacidade que o futebol tem para instaurar a festa, não só a nível local e regional, mas também a nível nacional e mundial⁸. Nessa altura afirmámos que o futebol tem um papel importantíssimo a desempenhar no que diz respeito à renovação festiva da sociedade moderna, principalmente em sociedades como a portuguesa, onde a festa é um elemento fundamental e absolutamente imprescindível para o seu normal funcionamento. Com o andar do tempo, esta nossa convicção tem-se tornado cada vez mais sólida e profunda e acontecimentos como o EURO-2004 são ocasiões privilegiadas para vermos com mais clareza toda a força misteriosa e todo o significado sociológico do futebol. Os Meios de Comunicação Social e, em particular, a imprensa desportiva, não se têm cansado de apresentar o EURO-2004 como a « grande festa do futebol » e como um dos maiores eventos que algum dia se realizou em Portugal. No que nos diz respeito, não temos dúvidas nenhuma de que se trata de um momento único e altamente favorável para, a partir deste extraordinário fenómeno desportivo, construirmos uma imagem completa e muito expressiva do Povo Português. Como afirma J. Gritti, « é absolutamente evidente que o desporto se apresenta como um espelho – exacto ou deformante – das nossas sociedades contemporâneas e a literatura desportiva tem todas as possibilidades de manifestar o funcionamento deste espelho »⁹. Se isto é verdade a propósito do desporto em geral, é-o sobretudo quando se trata do futebol, certamente um dos principais representantes do universo desportivo.

Como fenómeno social total, de natureza e funcionamento simbólicos e perfeitamente integrado na realidade social concreta, o futebol é capaz de todos os investimentos sociais e pode representar simbolicamente a sociedade, tanto no seu funcionamento global, como nas suas vertentes mais diversas. Ligado às nossas origens pelos seus rituais e pelos seus símbolos, nomeadamente pela presença da BOLA, um dos símbolos mais antigos e mais relacionados com a mitologia, com a religião e com o sagrado, o futebol é um micro-cosmos da sociedade e um espelho da mesma em todos os seus aspectos.

⁸ . COSTA A. S, Futebol, a grande festa dos tempos modernos, Edição da Câmara Municipal de Oeiras, 1990

⁹ . GRITTI J., Sport à la Une, Paris, A. Colin, 1975, p. 6

Sendo também um produto da sociedade industrial, o futebol moderno reproduz, por seu lado, a imagem desta mesma sociedade, com o seu tipo de funcionamento, não só com as suas crises e contradições, mas também com os seus sonhos e esperanças. É indiscutível que o futebol tem uma capacidade impressionante para nos manifestar a sociedade onde funciona, os seus valores e os seus sonhos mais profundos e até a lógica daqueles que nos governam. Como escreveu G. Haldas, «é possível fazer um juízo sobre o temperamento de um povo, sobre a sua mentalidade e até sobre a sua história só pela maneira como os seus representantes, actuando numa equipa nacional, se comportam num campo de futebol »¹⁰.

O futebol moderno funciona baseado nos mesmos princípios e com a mesma lógica da sociedade industrial: rendimento, eficácia, progresso, hierarquização e organização burocrática. Para conhecer um povo, bastará analisar o futebol que ele pratica. É o que vamos tentar ver nas reflexões que se vão seguir. Pensamos tratar-se de um tema de uma actualidade indiscutível num ano em que o EURO-2004 obriga a Europa e até o Mundo a acertarem os seus relógios pela hora portuguesa e num momento em que o FUTEBOL fez de Portugal o centro do universo desportivo e, numa certa medida, o centro do Mundo. Vamos, pois, reflectir um pouco sobre o nosso futebol, sobre os principais fundamentos da sua misteriosa atracção sobre as massas populares e, a partir daí, procuraremos descobrir alguns elementos que identifiquem o Povo Português.

1. O Futebol e o seu Funcionamento Simbólico

1.1. O Futebol é um facto social total

Segundo M. Mauss, um facto social total é aquele no qual vemos em funcionamento traços ou vestígios das instâncias fundamentais da sociedade, que são as seguintes: familiar, educativa, política, económica, religiosa e recreativa.

Não será difícil verificar que o futebol apresenta no seu funcionamento muitos traços e vestígios destas seis instâncias fundamentais da sociedade. Mesmo em áreas como a educação e a religião, encontramos muitos aspectos que nos mostram as afinidades profundas que existem entre elas e o futebol. É claro que este desporto nos manifesta igualmente todas as contradições e vícios da sociedade, mas, na sua estrutura mais profunda e nos ideais que presidiram ao seu aparecimento, ele pode ser visto como uma escola de virtudes e um universo povoado de valores e dotado de uma religiosidade por vezes bem misteriosa. Além disso, este facto social total que é o futebol funciona também como um fenómeno verdadeiramente planetário, vivido da mesma maneira no universo inteiro, instaurando festas e celebrando acontecimentos capazes de unir toda a humanidade numa comunhão universal que nenhum outro facto é capaz de conseguir.

1.2. O Futebol é um fenómeno de funcionamento simbólico e ritual

Tudo no futebol manifesta a sua natureza simbólica. Podemos começar pela estrutura espaço-temporal onde ele se desenrola. Os estádios são lugares altamente significativos e vistos, actualmente, como símbolos da importância de um país. Antigamente construíam-se grandes catedrais; hoje é pelos seus estádios, essas novas catedrais dos tempos modernos, que se mede a grandeza de um povo. O terreno de jogo é a imagem do nosso espaço social e do cenário da nossa existência onde lutamos para conseguirmos as vitórias da nossa vida, tanto colectiva como individual. O tempo do jogo é igualmente simbólico e fonte de sentido para uma das coordenadas da existência humana, a coordenada temporal.

Todo o material utilizado no futebol, desde a bola, os equipamentos, as cores, as bandeiras, etc., são também elementos carregados de simbolismo. Os dirigentes são imagens dos antigos chefes tribais; os jogadores são os nossos representantes e, através deles, nós conseguimos alcançar vitórias por procuração; mesmo os árbitros são os símbolos da verdade, da lei e da justiça, os mestres de cerimónias e, muitas vezes, os bodes expiatórios das derrotas e da violência, tanto mais que esta encontra no futebol uma ocasião favorável para se manifestar.

¹⁰. HALDAS G., *La légende du football*, Lausanne, Éditions l'Age de l'Homme, 1981, p. 130

A própria competição está envolta em simbolismo, o mesmo acontecendo à linguagem desportiva, onde a perspectiva simbólica determina a sua natureza enquanto linguagem poética e iniciática. Um jogo de futebol é tratado e vivido como uma verdadeira guerra simbólica e a linguagem desportiva utiliza amplamente o registo bélico. Sendo assim, enquanto fenómeno social, o futebol exprime bem a imagem da sociedade e, enquanto fenómeno simbólico, representa ritualmente o funcionamento desta mesma sociedade.

1.3. Função mítica do futebol

O desporto, cujas origens somos obrigados a colocar na noite dos tempos, nasceu num contexto religioso e numa época em que a humanidade mergulhava nas fontes míticas para organizar o seu futuro e dar um sentido ao desenrolar da sua história. Muitos jogos, nomeadamente os jogos com bola, verdadeiros antepassados do nosso futebol, começaram por ser jogados num quadro ritual e festivo, em celebrações religiosas, sociais e políticas através das quais os mitos realizavam a sua principal função : dar aos homens formas de pensamento, modelos de comportamento e razões ontológicas das realidades humanas.

Herdeiro dos antigos jogos com bola, o futebol funciona como um fenómeno profundamente mítico e como tal é continuamente apresentado pela imprensa desportiva. Nele encontramos todos os elementos que constituem um sistema mítico completo e coerente, elementos que, a nosso ver, são os seguintes:

a) Cenário desportivo

Os grandes encontros de futebol desenrolam-se em cenários grandiosos onde o espectáculo, a festa e todos os rituais celebrados instauram uma situação favorável à reprodução dos principais mitos das sociedades arcaicas. Aí sentimos a presença do maravilhoso, do sublime e mesmo do sagrado ; aí vivemos emoções que nos fazem sair do ordinário da vida para nos situarmos no universo do mítico e do religioso.

b) Universo povoado de heróis

A imprensa desportiva apresenta os artistas do futebol como verdadeiros ídolos, como actualizações dos heróis míticos, quase como deuses e principalmente como modelos a serem imitados pelos seus irmãos. Trata-se de um autêntico processo de heroicização que transforma um homem ordinário num verdadeiro super-homem.

c) Presença de símbolos e de temas cosmológicos

Basta referir a bola como imagem do sol e mesmo da própria divindade, o terreno de jogo como imagem do mundo e o jogo como uma luta simbólica do bem contra o mal, da vida contra a morte com o objectivo supremo que é a conquista da imortalidade.

d) Dramatização mítica

Um jogo de futebol é a representação de um drama que, no fundo, é a tradução das lutas dos heróis míticos e a expressão da luta dramática que todo o homem é chamado a travar para conseguir a vitória final da existência.

e) Linguagem simbólica

A linguagem desportiva é, como já referimos, uma linguagem poética e iniciática, destinada a favorecer o sonho e as emoções. Os seus principais registos são o combativo, o apaixonado, o maravilhoso e mesmo o religioso. O seu funcionamento revela bem a natureza mítica do futebol.

Tendo em conta a sua natureza mítica, o futebol pode servir como ponto de partida para uma profunda hermenêutica desportiva que nos levará a um maior conhecimento da natureza e do funcionamento da sociedade e até à descoberta e compreensão da identidade de um povo, como nós vamos procurar mostrar, tentando construir a imagem do Povo Português a partir do seu futebol.

2. O Futebol e suas Afinidades com a Cultura

2.1. O Futebol é um fenómeno eminentemente cultural

O futebol moderno é visto como fenómeno muito ligado ao universo da política, do espectáculo, da economia, etc. Mas todos os sociólogos e antropólogos do desporto consideram o futebol, antes de mais nada, como um fenómeno eminentemente cultural. E isto por três razões principais:

a) Ligação às origens da cultura

Pela utilização de símbolos como a bola, pelos rituais que envolvem as competições desportivas e pelas figuras simbólicas que são os actores do jogo, o futebol tem as suas raízes nos tempos míticos em que nós situamos as origens da cultura humana. Se a cultura nasceu sob forma de jogo, como pensa J. Huizinga, ou se a cultura e o jogo são fenómenos contemporâneos, como afirma R Caillois, o futebol, continuador dos primitivos jogos com bola, situa-se no universo onde nasceu a nossa cultura e com ela continua certamente a ter afinidades tão profundas que é impossível imaginar a sua separação.

b) Expressão cultural de um povo

Situando-nos apenas no universo do futebol, poderemos efectivamente conhecer o temperamento e talvez mesmo a cultura global de um povo, analisando a maneira como os seus jogadores se comportam no terreno de jogo. Os Portugueses, por exemplo, não jogam como os Alemães, os Brasileiros não jogam como os Europeus, etc. Os jogadores são, no terreno, uma imagem do seu povo. Além disso, pensamos poder afirmar que a dimensão cultural do futebol lhe advém da sua capacidade de pôr as pessoas em relação umas com as outras, de instaurar momentos de sociabilidade e de convivialidade e de levar as multidões a encontrarem-se na festa e a experimentarem mesmo a transgressão da vida ordinária. Tempo de festa é tempo de suspensão de tabus. É principalmente enquanto lugar de convivência e enquanto manifestação dos estilos de vida de um povo que o futebol se reveste de uma profunda dimensão cultural.

c) Veículo cultural

Com a implantação popular que tem, tanto a nível local como a nível nacional e mesmo mundial, o futebol é, com toda a evidência, um poderoso meio de expansão cultural. Um jogo de futebol, transmitido pela televisão para o mundo inteiro, leva o nome e a cultura dos países representados ao conhecimento de toda a humanidade.

Como afirmou recentemente a Conferência Episcopal Portuguesa, « as manifestações desportivas internacionais envolvem, hoje, atletas, agentes desportivos e multidões de adeptos de todos os cantos do mundo. São um acontecimento planetário, no qual diversas nações e culturas vivem a mesma experiência de encontro, de partilha e de festa »¹¹.

2.2. O Futebol e a identidade de um povo

«O desporto, afirma G. Ringlet, é uma instância ideal de afirmação local...A informação desportiva permite abordar as pessoas sob um denominador comum. Estas estruturas

¹¹ Nota Pastoral da Conferência Episcopal Portuguesa por ocasião do EURO-2004 – O desporto ao serviço da construção da pessoa e do encontro dos povos, CEP, Fátima, 13 de Novembro de 2003. Trata-se de uma iniciativa inédita da CEP e, apesar de não tratar de alguns aspectos mais práticos que poderiam ter uma certa importância, constitui uma reflexão extraordinariamente bem feita sobre o desporto em geral e sobre o futebol em particular, publicada num momento emblemático para o desporto em Portugal como é o EURO-2004.

sociais perigosas – porque diferenciadas – que representam os partidos, classes e religiões são assim delicadamente contornadas, diluídas no desporto»¹².

Se todo o desporto funciona como uma instância ideal de identificação de um povo, tanto a nível local como a nível nacional, o futebol é o desporto que melhor exerce essa função. Em Portugal, e para nos limitarmos aos nossos clubes mais conhecidos a nível mundial, podemos referir sumariamente os casos do Futebol Clube do Porto, do Sport Lisboa e Benfica e do Sporting Clube de Portugal.

Há clubes que se afirmam como símbolos de uma cidade ou de uma região. O FC Porto está um pouco nesta situação. Embora campeão de Portugal, da Europa e até do Mundo, este clube do Porto foi sempre visto como um símbolo da cidade ou mesmo da Região Norte. Enquanto o Benfica e o Sporting impuseram relativamente depressa, no imaginário popular, uma imagem de tipo nacional, o FC Porto, mesmo tornando-se talvez actualmente o clube mais forte de Portugal e conquistando certamente um lugar de respeito no universo futebolístico europeu e até mundial, nunca deixou de manter estas características de símbolo regional. «Como símbolo e como instituição estruturalmente simbólica, escrevemos nós já há alguns anos, o FC Porto tem capacidade para ser o espelho da cidade, da região e das suas gentes e isto tanto para o país como para a Europa e para o Mundo»¹³.

Que o futebol português é um dos símbolos mais expressivos de identificação nacional é uma certeza que todos podemos ter, nomeadamente viajando um pouco através de outros países. No que nos diz respeito, tivemos várias vezes a alegre surpresa de constatar, nomeadamente em viagens à Bélgica e ao Canadá, por alturas do EURO-2000, que, quando descobriam que éramos portugueses, nos assimilavam logo à imagem de Luís Figo e da Seleção Portuguesa de Futebol que, nessa ocasião, tanto tinham impressionado a Europa e o Mundo. Isso enchia-nos de orgulho porque, nesse campo, a imagem de Portugal era a de um povo que estava nos lugares cimeiros da hierarquia mundial. Em nenhum outro sector da sociedade, Portugal se poderá orgulhar de ocupar posição igual à do seu futebol.

3. A Imagem do Povo Português a Partir do seu Futebol

3.1. Os Brasileiros da Europa

Em 1958, na Suécia, o Brasil torna-se campeão mundial de futebol. Nesse ano nasceu um REI, Pelé, aquele que praticamente o mundo inteiro considera como o mais extraordinário futebolista de todos os tempos. «Depois dele, diz R. Pittet, o futebol não será mais a mesma coisa»¹⁴. O futebol moderno tinha nascido na Inglaterra, mas o Brasil acabava de se tornar a sua nova pátria. Os futebolistas brasileiros começaram a ser os maiores mágicos do futebol que, no Brasil, é praticado como jogo e como brincadeira, dando lugar a festas populares extraordinárias, cheias de dança, de música e de sol.

Geralmente, no universo do futebol, os Portugueses são vistos como os Brasileiros da Europa. Além de falarmos a mesma língua, nos dois lados do Atlântico, dizemos «jogo de futebol» e nós falamos de política, de economia, etc., mas «discutimos» sobre futebol. Como no Brasil, o futebol português tem magia, muitas vezes faz pensar no samba e é sempre ocasião de grandes festas populares; como no Brasil, o futebol português tem técnica, criatividade e imaginação. Nos dois países irmãos, a Equipa nacional é um dos maiores símbolos de união nacional. Em todo o caso, se o Brasil é a nova pátria do futebol, Portugal é também uma verdadeira terra de futebol.

Antigamente, Portugal partiu à descoberta do Mundo e assim chegou ao Brasil. Hoje, através do seu futebol, está de novo em luta para a conquista da Europa e até do Mundo.

3.2. O Povo Português visto pela imprensa desportiva estrangeira

Estas nossas reflexões sobre o FUTEBOL querem ser uma homenagem a este Desporto-Rei, num momento em que o EURO-2004 fez de Portugal o centro do universo futebolístico europeu e até, pelo menos em certa medida, mundial. Sendo assim, vamos apresentar

¹² . RINGLET G. , *Le mythe au milieu du village*, Bruxelles, Éd. Vie Ouvrière, 1981, p. 35

¹³ . COSTA A.S. , *À volta do Estádio*, Porto, Campo das Letras, 1997, p. 105

¹⁴ . PITTET R. , *Il était une fois la Coupe du Monde*, Lausanne, Éd. 24 Heures, 1978, p. 87

algumas conclusões dum trabalho que realizámos, na Universidade Católica de Lovaina, a partir da imprensa francesa e belga por ocasião do EURO-84. Tratou-se do primeiro Campeonato da Europa de Futebol em que Portugal surpreendeu o Mundo com as suas magníficas exibições, dando assim continuidade à imagem fabulosa que já tinha deixado em 1966, no Mundial de Inglaterra, onde conquistou um brilhante e surpreendente terceiro lugar.

Estas conclusões parecem-nos ainda de uma perfeita actualidade. Aqui citaremos apenas algumas passagens da Revista "Mondial", tiradas de reportagens que ela consagrou a esse importante evento desportivo. Eis então alguns exemplos a propósito de Portugal e do seu futebol:

- "Este povo é incrível. Capaz de se unir aos seus militares e capitães, um dia em 1974, para varrer décadas de afrontas e de ditadura e, com a mesma facilidade, esquecer, de repente, os sorrisos de Abril...";
- "Em futebol, notou-se durante muito tempo, traços desta oposição quase visceral, entre os irmãos inimigos da Península Ibérica. Hoje, os Portugueses, talvez superiores aos seus vizinhos, deverão dominá-los e refazer-lhes o golpe de Aljubarrota. Desta vez com a bola...";
- "Em Portugal, não há trabalho de formação de jovens e de educadores, não há estruturas estáveis. É a inconstância que reina";
- "Os Portugueses gostam de futebol, cantando e rindo";
- "Trata-se de um povo romântico e nostálgico...";
- "O Povo Português cultiva a nostalgia como uma cantora de Fados, traduzindo tristeza e aflição...";
- "O futebol português manifesta a existência de muitas rivalidades internas e divisões profundas".

A Revista "Mondial" afirma ainda que o futebol português manifesta as influências brasileiras, argentinas e africanas do espírito português e mostra que o Povo Português é um povo surpreendente e inconstante, um povo religioso que acredita no destino e na Providência nos momentos difíceis e também em Nossa Senhora de Fátima.

3.3. O Povo Português visto do interior

No trabalho atrás referido, procurámos igualmente descobrir alguns traços da imagem do Povo Português visto a partir do interior. Como a imprensa desportiva é uma das melhores fontes para realizarmos uma tarefa desta natureza, utilizámos principalmente os jornais "A Bola" e o "Record" dos meses que envolveram o EURO-84. Também aqui deixaremos apenas alguns elementos das nossas conclusões a que, mais adiante, nos referiremos mais detalhadamente.

Analisando a referida imprensa desportiva, vemos que se trata de um povo que gosta de espectáculos, de festas, de emoções fortes e que fala frequentemente e com paixão do seu destino histórico: "Somos um povo de conquistadores...".

Aparece, de facto, a imagem de um povo de artistas e de sonhadores, de um povo fantasista que gosta da improvisação. "Tecnicamente, somos dos melhores...Precisamos de eficácia...É o desenrascanso nacional...A improvisação é uma das características dos Portugueses...".

Somos também um povo de sentimentos extremos, como se viu muito claramente na célebre qualificação para o MUNDIAL-86. Faltavam-nos dois jogos, um muito fácil e outro difícil, na Alemanha. Fizemos má figura no primeiro e, no dia seguinte, a imprensa desportiva portuguesa estava cheia de expressões como as seguintes:

"A Equipa era uma manta de retalhos...Um verdadeiro cancro...;"

"Com esta Equipa não merecemos ir ao México...Precisamos de um novo treinador...."

Alguns dias depois fomos ganhar à Alemanha, com o fantástico e "miraculoso" golo de Carlos Manuel, "o homem da lucarna mágica". No dia seguinte, os mesmos jornais escreviam:

“Ah! Grande Portugal!...Qualquer futebol do mundo terá dificuldades em ganhar a Portugal...Uma grande geração de jogadores do futebol português acabou por chegar à consagração que a sua classe e o seu talento mereciam...Uma geração de gigantes... Portugal pode ganhar tudo...”.

Depois, no México, foi aquela tristeza que o mundo inteiro teve a ocasião de constatar e que certamente ainda perdura na memória de muitos Portugueses.

Finalmente, a nossa imprensa desportiva deixa-nos descobrir também a imagem de um povo religioso e fatalista, de um povo que venera os seus heróis, de um povo com um amor-próprio muito susceptível e que é capaz, num momento de entusiasmo, de realizar as maiores proezas e de conquistar as maiores vitórias, mesmo aquelas que pareciam a todos completamente impossíveis, como aconteceu no EURO-2000 e que esperamos que voltem a acontecer no EURO-2004.

4. Futebol e Mito no Imaginário Colectivo do Povo Português

4.1. Especificidade de um momento histórico

Sendo um espelho privilegiado de toda e qualquer sociedade, o futebol é um fenómeno que nos permite não somente analisar uma sociedade na sua globalidade, mas também nos ajuda a compreender e a determinar a especificidade de um momento histórico dessa mesma sociedade.

O futebol português, na sua versão moderna, tem já mais de um século de existência – o FCPorto celebrou em 1993 o primeiro centenário do seu nascimento – mas há uma época que tem um particular significado neste primeiro século da sua história. Trata-se da época de Salazar, também conhecida pela designação de “Estado Novo”, Estado fundado sobre o respeito pela autoridade e pela ordem estabelecida. No período do novo regime implantado, toda a intervenção do Estado era orientada no sentido de garantir a nova ordem política. Durante este período, as instituições desportivas foram profundamente marcadas pela ideologia dominante e desenvolveram um verdadeiro sistema doutrinal que serviu de referência e que determinou o funcionamento do desporto português. Todo este quadro doutrinal foi apresentado aos Portugueses no dia 10 de Junho de 1944 por ocasião da inauguração do Estádio Nacional, no decorrer de uma cerimónia destinada a mostrar o papel e a importância do desporto, principalmente do futebol, no que diz respeito à inserção dos homens na sociedade. Algumas reflexões sobre este acontecimento permitir-nos-ão, não somente situar globalmente o funcionamento do futebol no interior da ideologia dominante dessa época, mas também compreender a influência deste desporto sobre as massas populares portuguesas.¹⁵ A festa desportiva popular realizada por ocasião da inauguração do Estádio Nacional serviu para estruturar o quadro ideológico em que deveria funcionar o desporto português e para consolidar a estabilidade sócio-política do Novo Portugal. Foi o que afirmou, nesse dia, António Ferro, director do Secretariado da Propaganda Nacional. Reproduzimos algumas das suas palavras pela actualidade que nelas poderemos encontrar: “O que lá fora, em países de maiores recursos do que o nosso, leva seis meses, quando não um ano a organizar, foi improvisado por nós em pouco mais de um mês. Experiência audaciosa, perigosa, alucinante, por vezes. Nunca em Portugal se realizara, ou sonhara, um espectáculo de massas de tal grandiosidade... Mas julgo que chegámos ao porto de salvamento...A inauguração do Estádio ultrapassa os limites de uma simples festa desportiva, para atingir um significado mais alto e mais profundo. É que o Estádio...é o documento monumental de que passou, sem deixar saudades, a época das promessas que não se cumpriam, que não passavam de palavras, a certeza da lealdade e da seriedade do regime, a negação da

¹⁵ . ESTEVES J. , O Desporto e as Estruturas Sociais – Um Ensaio de Interpretação do Fenómeno Desportivo, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, (4ª edição),1999, p.113-136.

É sobre esta obra do Professor José Esteves, profundo conhecedor desta época e do Desporto Português, que nós nos basearemos nesta análise do futebol em Portugal no tempo de Salazar. Esta análise mostra-nos que, apesar das mudanças sócio-políticas e culturais que Portugal conheceu, a influência do futebol sobre as massas populares de Portugal é mais ou menos a mesma nos nossos dias e o seu aproveitamento político continua também a ser bem evidente nos tempos que correm.

retórica, o juramento de pedra da nossa renascença. A festa da inauguração do Estádio não é apenas, portanto, a grande festa do Desporto Nacional, mas, acima de tudo, a apoteose de Portugal Novo, a confiança no dia de hoje e a certeza do dia de amanhã”¹⁶.

Na véspera da inauguração do Estádio Nacional, podia ler-se no jornal desportivo da época “Os Sports”, mais tarde substituído pelo “Mundo Desportivo”, as palavras seguintes: “Os Portugueses, que coravam quando os visitantes estrangeiros lhes perguntavam onde era o Estádio Nacional, já podem mostrá-lo! E com a certeza e o orgulho de ser uma obra digna de um grande país. Portugal tem um Estádio! Estamos agora verdadeiramente no Mundo do Desporto”¹⁷.

Ao lermos estas palavras e ao pensarmos na inauguração do Estádio Nacional, vêm-nos à imaginação e à memória as grandes festa realizadas e os discursos proferidos na inauguração dos principais estádios portugueses construídos para o EURO-2004. Os regimes políticos mudam, os povos evoluem social e culturalmente, mas o futebol continua a exercer implacavelmente a sua função mítica, isto é, continua a ser, mesmo no seio das nossas sociedades modernas, talvez o mais poderoso mecanismo de reprodução dos mitos arcaicos, fornecendo modos de pensar e condicionando as maneiras de viver.

Em 11 de Março de 1945, realizou-se, no Estádio Nacional, um encontro de futebol entre Portugal e Espanha. Durante o jogo, uma avioneta lançou sobre a multidão 50.000 exemplares de um famoso panfleto que, depois de lembrar os horrores das guerras na Europa e as terríveis dificuldades em que viviam certos países, lançava esta palavra de ordem, também ela cheia de actualidade: “E, afinal, o que nós queremos é futebol, isto é, paz, alegria de viver, ordem na rua e nos espíritos e podermos assistir, sem receio de alarme aéreo ou interrupções por ataques de aviação, ao desafio todo; e o que não queremos, e isso muito sinceramente o devemos afirmar, é sacrificar as nossas vidas, o nosso sossego, a paz do nosso lar, a caprichos estranhos aos nossos interesses essenciais, a ideias que não podemos perfilhar nem compreender, por serem totalmente alheias à nossa maneira de ser de povo que ama a liberdade e que quer ser dono de si mesmo, dispor do seu destino, o que se nos não permitiria, por exemplo, se vivêssemos sob outro regime que fosse igual ou parecido ao do comunismo soviético – arma da mais feroz e totalitária de todas as ditaduras”¹⁸. Podemos ainda lembrar que a época salazarista foi marcada pela construção de grandes estádios de futebol, como o das Antas, da Luz e de Alvalade, sem falar nos Estádios dos Coqueiros, em Angola, e no da Machava, em Moçambique. As inaugurações destes estádios foram também ocasiões de festas que, tendo em conta as possibilidades da época, não ficam nada a dever às que vivemos com as inaugurações dos Estádios de Alvalade XXI e da Nova Luz, em Lisboa, ou do Dragão, no Porto.

Salazar compreendeu bem a força da função mítica do futebol sobre as massas populares, mas os nossos responsáveis políticos actuais também não a ignoram e, se por vezes se esquecem ou fingem esquecer-se dela, o futebol se encarregará de lha recordar.

4.2. Portugal, País de Futebol

Salazar foi bastante acusado de fazer um exagerado aproveitamento político do desporto e principalmente do futebol. Deixando de lado a questão da política salazarista e das consequências que ela teve para a sociedade portuguesa, analisemos um pouco a situação do desporto, particularmente do futebol em Portugal depois da “Revolução dos cravos” de 25 de Abril de 1974 e do regime democrático que ela implantou no país.

No que diz respeito ao desporto em geral, os principais partidos portugueses, nos seus programas do pós-25 de Abril, procuravam falar de uma maneira nova do que deveria ser o desporto em Portugal e apresentavam algumas propostas para a sua renovação, segundo as exigências e liberdades do novo regime democrático.

No que diz respeito ao futebol, podemos certamente afirmar que este desporto tirou alguns benefícios do movimento de democratização e de politização e do despertar das massas populares que se verificou, em Portugal, com a Revolução de Abril. Notou-se inicialmente uma aragem nova no universo do futebol português, mas não podemos dizer

¹⁶ . ESTEVES J. , op. cit. , p. 116

¹⁷ .ESTEVES J. , op. cit. , p. 118

¹⁸ . ESTEVES J. , op. cit. , p. 135

que tenha havido uma renovação profunda, além das mudanças normais que a evolução da sociedade impunha. Pessoalmente, pensamos que esta revolução não trouxe, nem poderia trazer, nenhuma mudança sensível no que diz respeito à função mítica do futebol entre as massas populares portuguesas. Continua verdadeira a afirmação que Diogo Saraiva e Sousa fez há vinte anos: “O País bebe mais futebol do que leite”¹⁹. Poderíamos certamente aplicar aos Portugueses o que D. Duvauchelle afirmou, há anos, a propósito dos Franceses e que resumimos da maneira seguinte: O futebol possui um terrível poder ideológico sobre as pessoas, um poder pesado e profundo visto quase como um dado conforme à nossa natureza. Que uma greve prive, uma noite, os Portugueses do seu jogo e eles ficam vermelhos de raiva. Uma greve dos correios perturba; um corte de corrente eléctrica traz complicações; a imobilização dos transportes comuns transtorna os hábitos dos seus utilizadores. Porém, tudo é tolerado em nome da solidariedade social. Mas que, numa noite desportiva, impeçam o serviço público de televisão de transmitir um importante jogo de futebol, aí os Portugueses perderiam a cabeça!²⁰.

Para verificar a importância do futebol em Portugal e o lugar que ele ocupa no imaginário colectivo das nossas massas populares, basta ver como são procurados e lidos os três grandes jornais desportivos, – o Record, A Bola e o Jogo, – que dedicam ao futebol a quase totalidade das suas páginas, para não falar dos Telejornais que, por vezes, consagram ao futebol uma parte considerável do tempo que lhes é atribuído. Podemos, pois, afirmar, sem medo de errar, que Portugal é, e continuará a ser, um país de futebol. Se algumas dúvidas ainda subsistissem nas cabeças de alguns Portugueses, o EURO-2004 encarrega-se de as dissipar.

4.3. Futebol Português, um universo mítico vivo

Uma das riquezas e uma força do pensamento actual é a preocupação de descobrir uma nova imagem do homem, o sentido profundo do seu destino e da sociedade onde ele realiza o jogo da sua existência e isto a partir do conhecimento das suas origens. Filósofos, antropólogos, historiadores das religiões e até sociólogos procuram estudar os mitos arcaicos e tudo o que eles propõem como modelos de pensar e de agir para conseguirem chegar a uma hermenêutica do humano. Ora o futebol, pelos símbolos e temas cosmológicos que apresenta e celebra, pelos exemplos de comportamento e maneiras de pensar que veicula, pelos rituais que utiliza e pelas festas que instaura, faz-nos viajar em direcção às origens e constitui uma abertura para o originário.

Os mitos são narrações de acontecimentos das origens, constituindo a história sagrada dos povos, ou então são sistemas de práticas através das quais os homens de cada época podem viver os acontecimentos fundadores dos quais se tornam, em certa medida, contemporâneos. Estes últimos são geralmente chamados mitos vividos ou mitos vivos. É principalmente sob esta forma que o mito se encontra e actua no universo do futebol. O futebol português é um verdadeiro mito vivo, pois nele podemos descobrir, sem nenhuma dificuldade, a presença de todos os elementos de um sistema mítico completo e coerente. Recordemos apenas os principais:

a) Os santuários do futebol

Os mitos, tanto os narrados como os vividos, fazem parte do mundo do sagrado. A sua actualização é feita através de rituais festivos e em lugares para isso consagrados. Com os grandes estádios construídos para o EURO-2004, Portugal tornou-se talvez num dos maiores construtores mundiais da actualidade desses fabulosos santuários do culto da BOLA. Estes santuários desportivos são verdadeiros cenários míticos, onde os acontecimentos cósmicos das origens se tornam presentes para nós, no quadro de liturgias grandiosas e sublimes, como a maior parte das religiões, mesmo as de vocação universal, como é o caso da religião católica, não conseguem organizar. Não passou, certamente, despercebida a ninguém a preocupação de muitos jornalistas e de adeptos do futebol ao se referirem aos novos Estádios como sendo as grandes CATEDRAIS modernas desta nova “religião” das massas populares que é o futebol. Já o realizador português Artur Semedo tinha comparado, um dia, o Estádio da Luz à

¹⁹ . Ver Anuário do Futebol Português e Europeu, 1983/84, Lisboa, Ed. Renovação, 1983, p. 132

²⁰ . DUVAUCHELLE D. , Le football, le plaisir, la violence, Paris, Éd. Le Solitaire, 1979, p. 152.

Cova da Iria no dia 13 de Maio. Nuno Gomes, conhecido jogador do Benfica, afirma, por seu lado, que “a sensação de entrar na nova catedral (o novo Estádio da Luz) é igual à de visitar uma igreja” (Record,22/10/03).

De qualquer forma, com escreveu Vítor Serpa, referindo-se à luta entre sportinguistas, benfiquistas e portistas para verem qual dos seus novos recintos era o melhor, o mais festivo ou o mais bonito, “os novos estádios de futebol serão, de resto, das poucas coisas que ainda fazem sorrir os portugueses, o que só por si já seria uma dádiva num tempo de desmobilização e de desmoralização nacional” (A Bola, 15/11/03). Esta é uma das funções dos lugares míticos e sagrados que são os estádios de futebol, verdadeiros lugares de festa, de celebração e de encontro, onde multidões em delírio, fazem a experiência de emoções fortes e esquecem a monotonia e o peso da vida quotidiana.

b) Entre o Inferno e o Paraíso

Todo o universo mítico é caracterizado pela presença de símbolos cosmológicos, como a BOLA, – lembremos a confecção da Bola para o EURO-2004 – pela celebração de temas arcaicos, como as oposições LUZ/TREVAS e PARAÍSO/INFERNO ou pela procura de realizações fundamentais, como a conquista da Imortalidade. Tudo isso encontramos no futebol português, como aliás no-lo mostraram as inaugurações dos seus novos estádios. Nestas festas grandiosas, houve magníficos fogos de artifício, verdadeiras celebrações da LUZ, um dos principais elementos das mitologias arcaicas. Numa delas, que poderíamos comparar à cerimónia católica do Sábado Santo com a bênção do Círio Pascal, um jornalista entusiasmado exclamou: “Esta nova luz ilumina a nossa fé e abre-nos o caminho para uma vida nova”. Também não falta a ideia de Paraíso neste universo desportivo. “O novo *inferno da Luz*, escrevia Fernando Seara no dia da inauguração do Estádio do Benfica, é novo espaço mítico. Nele, e apesar das contradições desta sociedade, alguns vão continuar a procurar o *céu* e outros a buscar *heróis*” (A Bola, 25/10/03).

O futebol consegue mesmo que Portugal seja comparado, ao menos momentaneamente, ao Paraíso: “Um golo bastou aos amigos de Mornar para merecer o Paraíso”, escreveu o jornal belga *Le Soir* a propósito da surpreendente qualificação da Letónia para o EURO-2004.

c) Um povo que venera os seus heróis

Os Portugueses celebram constantemente as glórias dos seus heróis históricos, principalmente daqueles que percorreram os oceanos e todos os cantos do planeta e escreveram assim a fabulosa epopeia marítima dos descobrimentos. Estas recordações históricas fazem do Povo Português um povo que vive numa certa nostalgia do seu passado, principalmente numa época, como a actual, em que ele atravessa uma grave crise financeira, económica, moral e cultural. É assim que muitas vezes - e isso aparece frequentemente na imprensa desportiva - os heróis do futebol são venerados como os sucessores dos seus antepassados da história gloriosa de Portugal. A *Gazeta dos Desportos* escrevia, por altura do EURO-84, mais ou menos o seguinte: “Os jogadores portugueses colocaram, diante da França, toda a sua honra desportiva e toda a sua capacidade criativa e procuraram, nas profundezas da nossa brilhante história de dez séculos, a força irresistível dos *conquistadores*, a coragem dos homens das descobertas, a força interior dos santos e dos mártires. Era a voz de Portugal que se fazia ouvir neste corpo colectivo”.

Ainda hoje não deixa de ter um significado simbólico o facto de a cerimónia do sorteio final do EURO-2004 ter sido realizada no Pavilhão do Atlântico, “nome do único mar que, como escreveu também Fernando Seara, nos permitiu fazer e ficar na história”, e na presença do “rei” Eusébio, nome que, como os de Figo, de Rui Costa, de Fernando Gomes e outros, são venerados pelos Portugueses e funcionam como símbolos que nos identificam no mundo inteiro.

d) Povo de poetas e de sonhadores

A linguagem desportiva é, como dissemos, uma linguagem iniciática de natureza poética. Mais do que informar, os jornais desportivos ajudam a sonhar e a sua maior finalidade é fornecer material para a discussão e assim ajudar as massas populares a esquecerem as dificuldades da vida ordinária. O êxito dos três jornais desportivos que, em Portugal, são lidos diariamente por mais de um milhão de pessoas, mostra bem a natureza e a mentalidade dos Portugueses. A existência destes três diários desportivos surpreende muitos estrangeiros que se interrogam se há leitores para eles, mas todos constatamos que são os outros jornais que se têm de pôr a questão da falta de leitores. É certamente através da sua linguagem simbólica e mítica que o futebol exerce também a sua força misteriosa no imaginário colectivo do Povo Português.

4.4. Futebol Português e Modernidade

A análise que estamos a fazer do futebol português tem como pontos de referência alguns momentos fortes da sua história, como foi, por exemplo, a sua participação no EURO-84. Mas o momento único do EURO-2004, que fará certamente de Portugal o CENTRO do Mundo e que é certamente o acontecimento desportivo mais importante e mais mediático que algum dia se realizou entre nós, convida-nos também a olhar para o futebol português na sua globalidade e a reflectir um pouco sobre o seu funcionamento e sobre a sua importância na actualidade. É o que vamos fazer na parte final da nossa abordagem que pretende respeitar a sua perspectiva sócio-antropológica. Tendo em conta os limites que nos são impostos, vamos apenas referir sumariamente alguns aspectos que nos parecem mais importantes, como são as suas afinidades com as instituições mais ritualizadas e a sua função de congregação universal dos Portugueses espalhados pelo mundo.

4.4.1. Futebol Português e Instituições marcadamente ritualizadas

a) Futebol e Política

O futebol e a política, como já tivemos a ocasião de o afirmar, são dois fenómenos idênticos, dois jogos semelhantes, com actores seguindo a mesma lógica e utilizando, muitas vezes, a mesma linguagem. Apesar de tudo, o futebol é menos perigoso, pois é um jogo declarado e situado no campo do simbólico, enquanto a política é um jogo muitas vezes dissimulado e supostamente vivido como sendo uma actividade real²¹.

Em Portugal, o futebol e a política têm ligações profundas, vivem em paralelo e, de facto, o futebol parece estar em vantagem. Como dizia alguém a propósito do caso português, antigamente eram os dirigentes desportivos que andavam atrás dos políticos para lhes pedirem auxílio; hoje são os políticos que procuram os dirigentes desportivos para obterem o seu apoio. Alguns políticos actuais fingem ignorar ou querem esquecer isto, mas o futuro vai possivelmente lembrar-lhes essa realidade. Em todo o caso, o futebol parece funcionar melhor do que a política. Como disse, um dia, Paulo Portas, na altura jornalista e comentador político, “no futebol, ganham quase sempre os melhores. Em política, ganham muitas vezes os piores. O futebol é mais racional²². De qualquer forma, o EURO-2004 é um argumento indiscutível em favor das ligações do futebol com a política e prova claramente que o futebol é mais eficaz e mais realizador. Como escreveu Fernando Guerra, “quer se queira ou não, a verdade é que o futebol anda a uma velocidade superior à de todas as outras actividades e é ele o mais forte veículo de promoção do País no exterior”(A Bola, 2/1203).

b) Futebol e Religião

O futebol português funciona como uma verdadeira religião popular. Os jogos de futebol são sempre ocasião de festas muito participadas. Os grandes encontros, sobretudo aqueles onde participam os chamados “grandes”, parecem verdadeiras romarias, onde nem sequer faltam os espectaculares fogos de artifício e todas as

²¹ . COSTA A.S. , Política e Futebol, em À Volta do Estádio, p. 35

²² . PORTAS P. , Anuário do Futebol Português e Europeu, 1983/84, p. 111

animações que habitualmente encontramos nas festas populares portuguesas. Ainda não esquecemos, como dissemos, aquelas grandiosas cerimónias cheias de luz e de cor, cheias de símbolos e de rituais que foram celebradas nas inaugurações dos estádios e que constituíram verdadeiras consagrações dos novos “Templos” da “religião” do futebol. Estes estádios vão continuar a ser, da mesma forma que eram os antigos que eles vieram substituir, verdadeiros lugares de peregrinação para os “fiéis” do culto da Bola, centros de festas e de veneração dos heróis e “santos” que dão alma a esta religião popular e pontos de referência e de orgulho para as cidades onde eles se encontram. É claro que, nas festas do futebol, como em toda e qualquer festa, há sempre o risco da desordem e da violência. Mas sempre foi assim em toda a história da humanidade.

No que lhe diz respeito, o estádio de futebol é verdadeiramente a perpetuação, embora sob forma profana, da tradição mítico-religiosa da igreja no meio da aldeia e da catedral no meio da cidade. Estes centros, mais do que geográficos são simbólicos, mas funcionam como lugares cheios de sentido para as gentes que vivem à sua volta e os frequentam.

As afinidades profundas entre Futebol e Religião são universais e não apenas monopólio da cultura portuguesa. Mas, em Portugal, verificamos que elas funcionam de uma maneira extraordinariamente intensa, talvez mais do que noutros países, onde o materialismo, a crise de valores e a degradação religiosa atingiram proporções mais preocupantes. É por isso que nós poderemos concluir, a partir da análise do seu futebol, que os Portugueses são um povo religioso, que venera os seus heróis e os seus santos, que gosta de festas e que espera da existência mais do que aquilo que o universo profano lhe pode fornecer. No fundo, pensamos ser legítimo afirmar que, praticando esta “religião popular” com tanto entusiasmo, o Povo Português mostra, em tempos de um materialismo tão generalizado, que continua a acreditar no homem e no seu destino transcendente.

4.4.2. Graças ao Futebol, a nossa Pátria é o Mundo

Depois da epopeia dos descobrimentos, os Portugueses espalharam-se por todos os cantos da terra. Se o futebol é um factor de identidade nacional e de união de um povo, isto é particularmente importante e significativo para uma comunidade como a nossa que tem membros a trabalhar e a lutar pela vida em todas as paragens do planeta. Aos domingos e em todos os momentos mais importantes em que o Futebol Português, através da sua Selecção ou através de Equipas que participam em competições internacionais, se apresenta aos olhos da Europa e do Mundo, os emigrantes portugueses, onde quer que estejam, reúnem-se à volta do rádio ou da televisão para viverem e festejarem os seus ídolos, os seus clubes e o futebol da sua Pátria. Verificámos isso na Comunidade Portuguesa de Bruxelas, onde funcionam mais de uma dezena de clubes de futebol, muitos deles com os mesmos nomes dos clubes de Portugal, e à volta dos quais os emigrantes portugueses se reúnem, principalmente nos fins de semana, para fazerem a festa e para se unirem a todos os seus irmãos, numa comunhão que só o futebol é capaz de instaurar e de alimentar. Além disso, a linguagem do futebol é talvez, actualmente, a única linguagem verdadeiramente universal. Sendo assim, e tendo em conta a afirmação de Fernando Pessoa “a minha Pátria é a Língua Portuguesa”, nós poderemos concluir que, graças ao futebol, a nossa PÁTRIA é o MUNDO.

Conclusão. Uma Mensagem de Esperança

Se a mensagem do futebol vai muito para além do seu funcionamento social e concreto, pensamos que, neste ano do EURO-2004, o futebol português pode deixar-nos uma mensagem carregada de um sentido verdadeiramente profético.

Olhando, actualmente, para o Povo Português a partir do seu futebol, é certamente uma imagem de esperança envolta em muitas preocupações que nós poderemos descobrir. O sucesso que vários jogadores portugueses estão a ter em grandes clubes europeus e o lugar de um certo relevo que o nosso futebol ocupa nas classificações da UEFA e da FIFA são

talvez sinais proféticos a indicarem que Portugal pode exercer ainda uma missão importante na Europa e no Mundo, continuando assim a sua vocação histórica de povo conquistador e civilizador.

Olhando, porém, para toda a confusão que reina no nosso futebol, isso deixa-nos, de facto, muito preocupados, pois vemos que Portugal também não consegue libertar-se de todas as contradições e vícios que dominam a sociedade actual, por vezes demasiado materialista e tão pouco humanista. Mas o futebol, ao levar-nos a sonhar com a possibilidade de uma sociedade alternativa, mais justa, mais festiva, mais fraterna e mais transcendente, continuará sempre como um sinal de esperança e como um convite para pensarmos na construção de um mundo melhor. E terminamos com uma exortação feita pelos Bispos Portugueses, na Nota Pastoral a propósito do EURO-2004, atrás referida: "Que este acontecimento desportivo seja um sucesso e ajude à construção de uma nova civilização".²³

Bibliografia

- CEP, *Nota Pastoral da Conferência Episcopal Portuguesa por ocasião do EURO-2004*, Fátima, 13 de Novembro de 2003.
- COSTA A., *Futebol, a grande festa dos tempos modernos*, Oeiras, Edição da Câmara Municipal, 1990.
- COSTA A., *À Volta do Estádio*, Porto, Campo das Letras,, 1997.
- DUVAUCHELLE D., *Le football, le plaisir, la violence*, Paris, Éd. Le Solitaire, 1979.
- ESTEVES J., *O Desporto e as Estruturas Sociais – Um Ensaio de Interpretação do Fenómeno Desportivo*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, (4ª edição), 1999.
- GRITTI J., *Sport à la Une*, Paris, A. Colin, 1975.
- HALDAS G., *La légende du football*, Lausanne, Éditions L'Age de l'Homme, 1981.
- PITTET R., *Il était une fois la Coupe du Monde*, Lausanne, Éd. 24 Heures.
- RINGLET G., *Le mythe au milieu du village*, Bruxelles, Éd. Vie Ouvrière, 1981.
- VÁRIOS, *Anuário do Futebol Português e Europeu, 1983/84*, Lisboa, Ed. Renovação, 1983.
- Revista Francesa "MONDIAL" de 1984
- Jornais Portugueses "A BOLA" e o "RECORD", 1984 e 2003

²³ . Nota Final: Estas reflexões retomam muitos elementos de um trabalho que fizemos para uma obra a apresentar no momento do 10º Congresso de Ciências do Desporto e de Educação Física dos Países de Língua Portuguesa em Setembro de 2004.

4

2004:

O ano português do futebol

Salomé Marivoet

Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra

No actual processo de globalização, os grandes eventos desportivos têm vindo a tornar-se veículos de excelência na visualização das nações no quadro mundial, e deste modo a tornarem-se realizações de grande importância simbólica na geoestratégia dos países organizadores. O Campeonato Europeu de Futebol da UEFA, que recebeu a partir da década de noventa a abreviação de *Euro*, tem lugar de quatro em quatro anos, e constitui actualmente o terceiro maior evento desportivo mundial e o primeiro europeu.

Assim sendo, não será de surpreender, que, pelo facto de Portugal se estar a preparar para acolher a fase final da 12ª edição deste torneio, o futebol esteja também a adquirir uma crescente e sem precedentes centralidade na *agenda* nacional, focalizando-nos não só para a sua inerente dimensão desportiva, como também política e económica, nomeadamente na sua promoção mediática e publicitária.

As competições internacionais de futebol têm vindo a assumir especial relevância no mundo desportivo, dado constituírem autênticos palcos de mostra das capacidades dos jogadores, treinadores e árbitros no mercado alargado do futebol profissional. Só por si, este facto, justifica o enorme empenhamento dos agentes desportivos e o reforço do nível competitivo dos torneios, embora o espírito de representação clubista e/ou nacional com que são imbuídos, contribua para um redobrado empenhamento geral.

A intensificação da comercialização dos espectáculos de futebol, e a enorme mediatização que os rodeia, tem vindo também a contribuir para a relevância das competições europeias, em especial os *Euros*, dado se tratarem de competições entre seleções nacionais. Apesar dos consideráveis investimentos na organização destes eventos, os Estados europeus e as organizações desportivas têm-se vindo a mobilizar de forma crescente para a apresentação de candidaturas com vista ao seu acolhimento, como constitui exemplo o caso do UEFA Euro 2004TM em Portugal. O investimento público na construção de 7 novos estádios e remodelação de outros 3, cifrou-se na ordem dos 75%, dos quais 25% (cerca de 57 milhões de Euros) proveniente do poder central. Acresce ainda ao erário público nacional, os encargos inerentes à montagem de um enorme dispositivo de segurança e plataforma de cooperação internacional, de modo a assegurar a prevenção e controle dos vários riscos que rodeiam este tipo de eventos desportivos, em especial a violência entre espectadores e actos de terrorismo.

A importância mediática com que irá revestir-se o Euro 2004, onde se esperam cerca de 200 estações televisivas e milhares de jornalistas e fotógrafos que irão fazer a cobertura do evento durante os 23 dias em que este irá decorrer, colocam-no como um acontecimento sem precedentes na sociedade portuguesa. Estará naturalmente à prova a imagem de Portugal no mundo, preocupação que de resto tem sido traduzida pelas autoridades governamentais e organizadoras do evento, ao colocarem-no na *agenda* dos portugueses como uma importante *missão nacional*.

Na realidade, o forte interesse e envolvimento que tem vindo a suscitar os campeonatos europeus de futebol, ultrapassa inequivocamente os interesses meramente desportivos do torneio como referimos. Para além da dimensão económica presente no desporto profissional, e em especial no futebol, existem fortes motivações por parte das selecções que se apresentam como representantes nacionais, bem como do público em geral e dos adeptos de futebol em particular, ao se empenharem de forma activa na defesa das suas *cores* nacionais. Se por um lado, os países se empenham no veículo da sua imagem num quadro global, também as comunidades se envolvem na afirmação da sua identidade

nacional, transportando no fervor com que apoiam as suas selecções de futebol fortes cargas emocionais.

Os *Euros* têm vindo a constituir-se um espaço por excelência de afirmação das diferentes culturas nacionais que coabitam no continente europeu, constituindo a fase final do torneio, um momento alto de celebração entre os adeptos das selecções apuradas. Ainda que, o que esteja em causa seja um troféu numa competição desportiva, o envolvimento dos adeptos na defesa das suas selecções reforça os laços de identidade e coesão em prol de um “*nós*” por oposição aos “*outros*”, os adversários, que em algumas sub-culturas do futebol se torna motivo de actos de intolerância e violência.

Apesar dos incidentes de violência e os comportamentos de intolerância e xenofobia ocorrerem por ocasião dos torneios, uma grande parte da confrontação é transposta para o campo da representação simbólica, onde a hostilização verbal e gestual constituem usuais recursos. Encontra-se no entanto uma especificidade na forma como os adeptos dos diferentes países recriam a sua imagem e reafirmam a sua identidade, que pode passar pela dimensão de festa carnavalesca, pela simbologia histórica, ou pela afirmação e reprodução das sub-culturas do futebol, como os denominados *hooligans* na sua versão actual de *casuals*, ou os *ultra*, embora estes últimos com menos envolvimento nos campeonatos entre selecções nacionais.

O xadrez cultural que se estabelece no palco territorial anfitrião de um *Euro*, torna-se uma realidade sociológica complexa, onde os comportamentos são pouco previsíveis, daí os aparatos policiais mobilizados para se assegurar a ordem pública e a segurança dos adeptos. De resto, a especificidade das ocorrências que se vieram a manifestar em eventos anteriores, tem mobilizado as autoridades públicas e as organizações desportivas para o reforço das acções sociopreventivas da violência e dos comportamentos xenófobos por ocasião das competições internacionais de futebol, nomeadamente através da constituição de *fans-projects* que desenvolvem a boa hospitalidade dos adeptos, a dinamização de espaços culturais e a criação de *fans-embassies*.

Na fase final do Campeonato Europeu de Futebol UEFA Euro 2004TM Portugal, a realizar entre os dias 12 de Junho e 4 de Julho próximo, irá discutir-se o título de Campeão Europeu de futebol entre as 16 selecções dos países apurados. Certamente que, se a nossa selecção vier a ser bem sucedida nas diferentes fases eliminatórias, o *coração dos portugueses será tocado*. Se assim for, estamos convictos que se assistirá à criação de uma inegável onda de entusiasmo e orgulho nacional sem precedentes, que, esperemos, venha a contribuir para tornar Portugal num grande palco da maior festa do futebol europeu.